

Coesa Construção e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 18.738.697/0001-68

Balanços Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Ativo	Controladora		Consolidado		
	Nota	2024	2023	2024	2023
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.032	104	3.061	116
Contas a receber	5	69.773	84.482	74.113	88.669
Partes relacionadas	6	15.000	65.000	15.000	65.000
Estoques		1.101	3.049	1.295	3.236
Adiantamentos a terceiros		6.425	5.295	6.591	5.321
Despesas antecipadas		763	1.103	763	1.103
Impostos a recuperar		166	23	303	146
Conta corrente de Consorcio	9	12.993	1.763	12.993	1.763
Outros ativos		164	—	198	36
Total do ativo circulante		109.417	160.819	114.317	165.390
Ativo não circulante					
Contas a receber	5	—	834	—	834
Partes relacionadas	6	329.505	250.097	340.718	257.025
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	3.051	10.292	3.051	10.292
Depósitos e valores vinculados		748	758	764	774
Despesas antecipadas		618	1.310	618	1.310
Outros ativos		2.278	2.278	2.283	2.283
Investimentos	7	2.200	2.238	—	—
Imobilizado	8	1.085	1.230	1.101	1.487
Total ativo não circulante		339.485	269.037	348.533	274.005
Total do ativo		448.902	429.856	462.852	439.395
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Fornecedores	10	15.073	15.166	19.671	14.765
Empréstimos e financiamentos	12	22.246	20.919	25.277	23.341
Salários, provisões e contribuições sociais		4.245	5.678	5.186	6.543
Tributos e contribuições a recolher	11	1.886	3.198	3.901	4.886
Parcelamento de tributos	11.1	1.025	1.363	1.025	1.363
Imposto de renda e contribuição social a pagar	11	201	—	438	5
Retenções contratuais		813	723	813	723
Conta corrente de Consorcio	9	5.898	24	5.898	24
Seguros		343	1.289	343	1.289
Outros passivos		1.196	858	3.092	2.654
Total do passivo circulante		52.926	49.218	65.649	55.593
Passivo não circulante					
Fornecedores	10	16.805	33.682	16.805	33.682
Empréstimos e financiamentos	12	34.919	16.028	34.919	16.028
Tributos e contribuições a recolher	11	2.574	3.560	2.574	3.560
Parcelamento de tributos	11.1	4.293	4.804	4.293	4.804
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	972	—	972	—
Partes relacionadas	6	27.359	1.762	45.600	19.224
Receita diferida		1.624	931	1.624	931
Provisão para perdas em investimentos	7	17.014	14.298	—	—
Provisão para contingências	13	7.610	587	7.610	587
Total do passivo não circulante		113.170	75.652	114.397	78.816
Patrimônio líquido		14	301.105	301.105	301.105
Capital social			(1.111)	241	(1.111)
Outras reservas			(17.188)	3.640	(17.188)
Reservas de lucros				3.640	
Total do patrimônio líquido			282.806	304.986	282.806
Total do passivo e do patrimônio líquido			448.902	429.856	462.852
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.					

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A COESA Construção e Montagens S.A. (atual denominação da OAS Engenharia e Construção S.A.) (“Companhia”) é uma Companhia domiciliada no Brasil, com sede localizada na Rua Joaquim Floriano, 466, parte 83, Itaim Bibi na cidade de São Paulo - SP. A Companhia tem como acionistas a Construtora COESA S.A. e a COESA Participações e Engenharia S.A. (“COESA P&E”) (nota 1.2 e 13) e tem como objeto social a exploração da atividade de engenharia civil e da indústria da construção civil e pesada, inclusive gerenciamento e execução de projetos e obras, importação e exportação em geral; compra e venda de imóveis próprios; locação de bens móveis; serviços de dragagem e transporte; navegação marítima; fluvial e lacustre; manutenção e montagem industrial, instalações e montagens elétricas, eletrônicas, electromecânicas e mecânicas; sempre que do interesse social, podendo inclusive, constituir e participar em consórcio de empresas e participar como sócio ou acionista de outras sociedades no Brasil e no Exterior. **1.1. Recuperação judicial do Grupo COESA**: Em 15 de outubro de 2021, a Companhia e outras empresas do Grupo COESA, em vista da situação financeira desfavorável que se encontrava, aliada a uma série de outros fatores, dentre os quais destacamos: (i) a forte retração do setor de construção civil e da economia, (ii) restrição a linhas de crédito; ajuizou, no Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, distribuído sob nº 1111746-12.2021.8.26.0100, em conjunto com a Companhia e outras empresas do Grupo COESA, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05 (“Lei de Recuperação Judicial”). A COESA P&E e suas controladas em recuperação avalaram que, diante dos desafios decorrentes do agravamento da sua situação econômico-financeira, a Recuperação Judicial era a medida mais adequada para proteger o valor dos seus ativos, bem como para atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades. Em 22 de outubro de 2021, o Juízo da 1ª Vara Empresarial de Recuperação Judicial e Falências do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo (“1ª Vara de Recuperação”) deu o processamento da recuperação da Controladora, tendo sido nomeado como administrador judicial art. 52, I, e art. 64 da Lei de Recuperação Judicial) Laspres Consultores Ltda. Em 24 de outubro de 2021, o MM, Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, homologou, com ressalvas, o Plano de Recuperação Judicial unitário apresentado pelas devedoras e aprovado pelos credores em assembleia, bem como concedeu a recuperação judicial à Coesa Participações e Engenharia S.A., Construtora Coesa S.A., Coesa Construção e Montagens S.A., Coesa Engenharia Ltda., Coesa Logística e Comércio Exterior S.A., Oas Investments Limited e Oas Finance Limited. Em 27 de junho de 2023, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferiu decisão convolando a recuperação judicial do Grupo Coesa em falência (processo 1111746-12.2021.8.26.0100). A decisão foi suspenso pelo Ministro Humberto Martins, relator do caso no Superior Tribunal de Justiça (STJ) – Agravo Interno na Turma Antecipada Antecedente 38/SP, em 09 de agosto de 2023. Com isso, a recuperação judicial do Grupo Coesa teve seu curso retomado e encontra-se em pleno vigor. **1.2. Reestruturação societária Grupo COESA**: Em 31 de março de 2021, a Metha S.A. (atual denominação da OAS S.A.) (“Metha”) com o objetivo de readequar sua estrutura societária e organizacional e implementar uma reorganização societária em seu grupo empresarial, alienou ações da Construtora COESA S.A. (atual denominação da Construtora OAS S.A.) para a sua então subsidiária integral COESA Participações e Engenharia S.A. (atual denominação da OAS Engenharia S.A.) (“COESA P&E”). Em 20 de abril de 2021, a Metha realizou aumento de capital na sua então controlada direta COESA P&E, apurado com base em laudo de avaliação emitido por empresa especializada, composto pelos seguintes bens e direitos: i) investimento nas controladas COESA Construção e Montagens S.A. (atual denominação da OAS Engenharia e Construção S.A.), EPP Energia Elétrica, Promocião e Participações Ltda., COESA Internacional S.A. (atual denominação da OAS Internacional S.A.), Solaci Empreendimentos Imobiliários S.A., Empresa Peruana de Águas S.A., Construtora OAS Angola Ltda., OAS Investments Limited (BVI) e OAS Restructuring Limited (Cayman). ii) Créditos e débitos de conta corrente intercompany. Em 14 de maio de 2021, a Metha alienou sua participação na COESA P&E ao FIP ZEGAMA. Em 02 de julho de 2021, o FIP ZEGAMA alienou suas ações da COESA P&E para a COESA S.A. **1.3. Entidades da Companhia**: A lista a seguir apresenta as participações nas empresas controladas consideradas nas informações consolidadas:

Participação direta no capital social

País 2024 2023

Entidades Controlada	País	2024	2023
COESA Construção e Montagens S.A. – Sucursal Portugal	Portugal	100,00%	100,00%
COESA Construção e Montagens S.A. – Sucursal Argentina	Argentina	100,00%	100,00%
COESA Construção e Montagens S.A. – Sucursal Peru	Peru	100,00%	100,00%
COESA Construção e Montagens S.A. – Sucursal Costa Rica	Costa Rica	100,00%	100,00%
COESA Construção e Montagens S.A. – Sucursal Panamá	Panamá	100,00%	100,00%
OAS Engineering Namíbia (“COESA Construção e Montagens – Namíbia”)	Namíbia	100,00%	100,00%

2. Base de elaboração e políticas contábeis das demonstrações contábeis individuais e consolidadas – **2.1. Declaração de conformidade**: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também de acordo com as normas internacionais. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”). A administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de março de 2025 e consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que possam ter efeito sobre estas demonstrações contábeis, quando requeridos. Todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que são utilizadas pela Administração, para tomada de decisão. **2.2. Base de elaboração**: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela avaliação de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, que estão mensurados pelo

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)						
	Nota	Capital social	Outras Reservas	Prejuízo acumulado	Total	Participação de não controladores
Saldos em 31 de dezembro de 2022	14	301.105	241	506	301.852	—
Lucro/(Prejuízo) do exercício		—	—	3.135	3.135	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023	301.105	241	3.641	304.987	—	—
Prejuízo/(Lucro) do exercício		—	—	(20.829)	(20.829)	—
Outros resultados abrangentes		—	(1.081)	—	(1.081)	—
Outros resultados abrangentes		—	(271)	—	(271)	—
Total do resultado abrangente do exercício		—	(1.352)	(20.829)	(22.181)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2024	301.105	(1.111)	(17.188)	282.806	—	—

... continuação

pelo cliente em relação ao total dos custos orçados de cada contrato (método de porcentagem de conclusão – POC). Para contratos que não possam ter sua receita avaliada de maneira confiável em relação ao trabalho executado de acordo com esse método, a Companhia leva em consideração medições do trabalho executado e aprovado pelo cliente com a finalidade de apurar a receita contábil. Os valores recebidos de clientes superiores às receitas apropriadas são registrados na rubrica "Adiantamentos recebidos de clientes", no passivo circulante e não circulante, de acordo com o prazo de execução da obra. Caso os valores recebidos de clientes sejam inferiores às receitas apropriadas, a diferença é registrada na rubrica "Contas a receber de clientes", no ativo circulante e não circulante, de acordo com o prazo de execução da obra. Como a Companhia já adotava os princípios do CPC 47/IFRS 15 em suas demonstrações financeiras, não houve mudanças na mensuração de suas receitas (receitas de contratos de construção e receita de vendas) para as obrigações de performance identificadas. j) **Demostrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas – 3.1. Uso de estimativa e julgamento: A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS's e os CPC's, exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que elas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. a) **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: a.1) **Reconhecimento de receita e margem dos contratos de construção e provisões para contratos:** O resultado estimado dos contratos é revisado mensalmente durante a execução dos contratos e representa a melhor estimativa dos benefícios econômicos futuros do contrato, bem como os riscos e obrigações a ele associados. Quando a revisão do resultado estimado dos contratos indica que os custos totais do contrato excedem à receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como uma despesa no resultado do exercício. a.2) **Impostos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

3.2. Novas normas, alterações e interpretações já adotadas no período corrente: Apesar de o IASB encorajar a adoção antecipada de novas normas emitidas, tal prática não é permitida no Brasil pelo CPC, portanto a Companhia só aplicará apenas a data de sua adoção inicial. Alterações nas referências à estrutura conceptual nas normas IFRS: o CPC 00 – Estrutura conceitual teve sua 3ª revisão vigente a partir de 1º de janeiro de 2020. A revisão da Estrutura Conceitual ("Conceptual Framework") traz as seguintes novidades: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. **Outras normas alteradas e interpretações:** As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia: • Definição de um negócio (alterações ao CPC 15 – IFRS 3); • Definição de um resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022. • **Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020:** Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos do arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022. • **Alteração da norma IAS 37 – Contrato oneroso: custo de cumprimento de um contrato:** Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022.

• Alteração na norma IFRS 3 – Referências a estrutura conceitual: Esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual das IFRS. As alterações à IFRS 3 são efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. • **3.3. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • **Alteração na norma IFRS 17 – Contratos de seguro:** Esclarece aspectos referentes a contratos de seguros. Alteração à IFRS 17 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023. • **Alteração na norma IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante:** Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante. Alteração à IAS 1 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023. • **Alteração na norma IFRS 4 – Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras:** Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Alteração à IFRS 4 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023. • **Alteração da norma IAS 1 e o IFRS Practice Statement 2 – Divulgação de políticas contábeis:** Esclarece aspectos

a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. • **Alteração da norma IAS 8 – Definição de estimativas contábeis:** Esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. • **Alteração da norma IAS 12 – Imposto Diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação:** Esclarece aspectos a serem considerados no reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos relacionados a diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia e suas controladas. A Administração da Companhia não estima efeito relevante quando da adoção inicial das referidas normas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Caixa e bancos	3.029	104
Certificados de depósito bancário – CDB	3	3
Demais aplicações financeiras	3.032	104
	3.061	116

Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

5. Contas a receber

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Prestação de serviços de Construção		
Governos	69.773	84.482
Privados	–	834
Partes relacionadas	–	3.982
Total	69.773	85.316
Circulante	69.773	84.482
Não circulante	–	834
Total	69.773	85.316

6. Partes relacionadas – As operações entre partes relacionadas da Companhia são efetuadas sob condições pactuadas entre as partes, referem-se a transações de conta corrente e sem a incidência de encargos financeiros. A seguir, estão demonstradas as operações:

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Ativo		
Sucursal Portugal – COESA Construção e Montagens S.A.	8.120	6.868
Namíbia	529	529
OAS Energy GMBH	–	3.310
Sucursal Panamá	–	893
Construtora COESA Guiné	–	–
Construtora COESA Ghana LTD	–	147
Sucursal Peru	–	9.441
EPASA S.A.	–	4.938
Sucursal Honduras	–	20
Sucursal Panamá – COESA Construção e Montagens S.A.	98	98
Sucursal Haití	–	29
Sucursal Costa Rica	–	137
Sucursal Argentina	–	59
Construtora COESA S.A.	–	3.405
Sucursal Colombia	–	5
COESA Participações e Engenharia S.A.	335.702	304.197
Coesa S.A.	22	22
OAS Finance Limited	–	47
Sucursal Bolívia	–	761
Sucursal Uruguai	–	99
COESA Logística e Comércio Exterior S.A.	34	34
Outros	–	59
Total	344.505	315.097
Circulante	15.000	65.000
Não circulante	329.505	250.097
Total	344.505	315.097

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Passivo		
Construtora COESA S.A.	1.912	–
COESA engenharia Ltda.	2.989	1.490
OAS Energy GMBH – Sucursal Portugal	–	1.346
Construtora COESA Ghana LTD	–	231
Sucursal Portugal – COESA Construção e Montagens S.A.	–	–
EPASA S.A.	–	9.649
COESA Logística e Comércio Exterior S.A.	–	27
Sucursal Peru	–	513
Sucursal Bolívia	–	3.443
COESA Internacional S.A.	22.458	22.458
COESA S.A.	272	–
EPP LTDA.	–	135
OAS Investments (BVI)	–	257
Construtora OAS Guiné	–	95
Construtora OAS Ghana LTD	–	298
Total	27.359	1.762
Circulante Não circulante	27.359	1.762
Total	27.359	1.762

7. Investimentos

	Saldos em 31/12/2023				Movimentação				Saldos em 31/12/2024				Provisão		
	Investimentos	para perda	Equivalência patrimonial	Provisão para perda	Ajuste de avaliação patrimonial	Investimentos	para perda	Investimentos	para perda	Equivalência patrimonial	Investimentos	para perda	Equivalência patrimonial	Investimentos	para perda
	2024	2023				2024	2023	2024	2023		2024	2023		2024	2023
Participações no Brasil															
Sucursal Portugal – COESA Construção e Montagens S.A.	–	(2.022)	–	(184)	(1.111)	–	–	–	(2.317)	–	–	–	(1.744)	–	–
Sucursal Peru – COESA Construção e Montagens S.A.	–	(4.748)	–	(1.784)	(384)	–	–	–	(6.916)	–	–	–	(5.537)	–	–
Sucursal Costa Rica – COESA Construção e Montagens S.A.	2.238	–	(431)	–	393	–	2.200	–	–	–	–	–	–	–	–
Sucursal Panamá – COESA Construção e Montagens S.A.	–	(6.340)	–	–	(210)	–	–</td								

... continuação

	Coesa Construção e Montagens S.A.			
	Controladora	Consolidado	2024	2023
Ativos				
Provisão para perda de Investimento	698	—	698	
Perda estimada em crédito de liquidação	284	—	284	
Prejuízo fiscal e base negativa	10.364	10.292	10.364	10.292
Subtotal	13.734	10.292	13.734	10.292
Provisão para não realização de IR/CS diferidos	(10.683)	(838)	(10.683)	
(-) Compensação com o passivo	3.051	9.454	3.051	10.292
Total	3.051	9.454	3.051	10.292
Passivos				
Lucro diferido de obras	(6.182)	—	(6.182)	
Outras provisões temporárias	(5.473)	—	(5.473)	
Subtotal	(11.655)	—	(11.655)	
(-) Compensação com o ativo	10.683	—	10.683	
Total	(972)	—	(972)	10.292
19. Instrumentos financeiros – A Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, descritos a seguir: Gerenciamento de riscos : A Companhia possui operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros. A Administração des-				

José Maria Magalhães de Azevedo – Diretor
Telmo Tonolli – Diretor
Gerusa Josefa da Silva – Contadora CRC 1SP 198.501/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **COESA Construção e Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial**
São Paulo-SP

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **COESA Construção e Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", as demonstrações acimareferidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **COESA Construção e Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional: Recuperação Judicial**: Em 15 de outubro de 2021, a Companhia e outras empresas do Grupo COESA, em vista da situação financeira desfavorável que se encontrava, aliada a uma série de outros fatores, dentre os quais destacamos: (i) a forte retração do setor de construção civil e da economia, (ii) restrição a linhas de crédito; ajuizou, no Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, distribuído sob nº

1111746-12.2021.8.26.0100, em conjunto com a Companhia e outras companhias do Grupo COESA, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05 ("Lei de Recuperação Judicial"). A COESA P&E e suas controladas em recuperação avalaram que, diante dos desafios decorrentes do agravamento da sua situação econômico-financeira, a Recuperação Judicial era a medida mais adequada para proteger o valor dos seus ativos, bem como para atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades. Em 22 de outubro de 2021, o Juízo da 1ª Vara Empresarial de Recuperação Judicial do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo ("1ª Vara de Recuperação") deferiu o processamento da recuperação judicial da Controladora, tendo sido nomeado como administrador judicial (art. 52, I, e art. 64 da Lei de Recuperação Judicial) Laspro Consultores Ltda. Em 27 de junho de 2023, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferiu decisão convolvendo a recuperação judicial do Grupo Coesa em falência (processo 1111746-12.2021.8.26.0100). A decisão foi suspensa pelo Ministro Humberto Martins, relator do caso no Superior Tribunal de Justiça (STJ) – Agravo Interno na Tutela Antecipada Antecedente 38/SP), em 09 de agosto de 2023. Com isso, a recuperação judicial do Grupo Coesa teve seu curso retomado e encontra-se em pleno vigor. **Enfases: Realização do saldo de partes relacionadas**: Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta na rubrica "Partes relacionadas", no passivo, os montantes de R\$ 27.359 e R\$ 45.600, individual e consolidado, e no ativo, os montantes de R\$ 344.505 e R\$ 355.718, individual e consolidado, cuja realização depende principalmente de reestruturações societárias por meio de sua controladora COESA S.A. – Em Recuperação Judicial, e da transferência de outros ativos do Grupo COESA, que ocorrerá após determinadas condições previstas pela administração serem cumpridas. A realização do montante acima dependerá do sucesso do cumprimento dessas condições. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Investimentos**: Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 7 às demonstrações contábeis individuais, a Companhia possui registrado na rubrica "Investimentos", o montante de R\$ 2.200 e R\$ 17.014, ativo e passivo, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024. No entanto, até a presente data, não recebemos a totalidade das conciliações, motivo pelo qual não temos como obter evidência de auditoria apropriada e suficiente, individuais, sobre o montante. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis

adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantenho a suspeição profissional ao longo da auditoria. Além disso: ■ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de burlas nos controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ■ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. ■ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. ■ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. ■ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. ■ Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócios do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. ■ Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. ■ Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 31 de março de 2025.
Senso Auditores Independentes – CRC-2SP 005.977/O-9 – CVM nº 7307
Guilherme Rocha Castro Soares – CRC-1SP 290.834/O-4

**Publique no
Data Mercantil!**
A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

**DATA
MERCANTIL** São Paulo



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/04/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Concias S/A

CNPJ/MF nº 02.092.233/0001-97

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas, A Administração da Concias S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhada do Parecer dos Auditores Independentes, correspondentes aos exercícios findos em 31/12/2024 e de 2023, elaboradas a Presidência, a Diretoria e a Administração da Concias S.A. expressam os agradecimentos a todos aqueles

que de alguma forma contribuíram com a Companhia, possibilitando assim o sucesso da Concias no mercado nacional e em especial reconhecemos as contribuições e confiança de nossos parceiros, nossos funcionários e nossos colaboradores pelo empenho e dedicação, e em especial a Autoridade Portuária de Santos (APS).

São Paulo, 14 de março de 2025.

A Diretoria

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Balanços Patrimoniais		Demonstrações do Resultado		Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido									
Ativo	Notas	2024	2023	Notas	2024	2023	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva especial	Reservas estatutárias	Retenção de lucros	Total
Circulante		66.806	82.343	19	188.825	185.372	4.520	904	904	451	—	—	6.780
Caixa e equivalentes de caixa	4	43.839	56.728	20	(43.509)	(42.323)							100.654
Contas a receber de clientes	5	20.559	23.913										100.654
Tributos a recuperar	6	1.852	1.206										(30.196)
Outros créditos	7	251	236										(30.196)
Despesas antecipadas	8	105	260										(70.458)
Não circulante		128.704	80.563										(70.458)
Partes relacionadas	9	37.997	45.142										6.780
Depósitos judiciais	17	49.211	555										6.780
		87.208	45.697										6.780
Imobilizado	10	2.931	2.715										6.780
Intangível	11	38.565	32.151										6.780
Total do ativo		195.310	162.906										6.780
Passivo e patrimônio líquido		Notas	2024	2023									
Circulante		24.576	96.911										
Empréstimos e financiamentos	12	3.451	4.668										
Fornecedores	13	1.885	3.536										
Obrigações trabalhistas	14	904	757										
Obrigações tributárias	14	2.460	3.493										
Dividendos a pagar	18.4	8.717	76.947										
Outras contas a pagar	15	150	422										
Compromisso com poder concedente	16	7.009	7.088										
Não circulante		110.806	59.215										
Empréstimos e financiamentos	12	—	3.375										
Provisão p/ demandas judiciais e administrativas	17	96.184	40.013										
Obrigações tributárias	14	—	1.276										
Compromisso com poder concedente	16	14.622	14.551										
Patrimônio líquido		59.928	6.780										
Capital social	18.1	4.520	4.520										
Reserva legal e de lucros	18.2	55.408	2.260										
Total do passivo e patrimônio líquido		195.310	162.906										

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional — A Concias S.A. (ou "Companhia") foi constituída em 04 de agosto de 1997, mediante contrato de arrendamento para exploração de instalação portuária, com utilização de área correspondente a 43.227,93 metros quadrados da Autoridade Portuária de Santos — APS (antigo CODESP), situada em Outeirinhos na margem direita do Porto de Santos, e objeto do contrato de arrendamento PRES/022.98 e seus aditivos celebrados entre a APS e a Companhia. Tem sua Sede e Faria na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1306, 8º andar, sala 32, Vila Olímpia, CEP 04547-005 e filial na Cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Avenida Cândido Gaffrée, s/nº 25 interno, Porto de Santos, Terminal de Passageiros, na Cidade de Santos, Estado de São Paulo. O prazo inicial de arrendamento era de 20 anos e renovável, uma única vez, por igual período de tempo, conferindo o direito de operar o Terminal, contados a partir da data de assinatura do contrato de arrendamento, com vigência até maio de 2018. Em 1º de setembro de 2017, foi emitida a Resolução nº 5636/2017 pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), através da qual foi aprovado o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA); reconhecida a possibilidade de prorrogação antecipada do contrato de arrendamento pelo prazo de 20 anos; e avaliação pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil — MTPA das características do projeto e sua correspondente aprovação, cuja vigência será até maio de 2038. Em 16 de julho de 2018, a Companhia assinou o sétimo termo aditivo ao Contrato de Arrendamento nº PRES/022.98, passando a nova vigência do contrato de arrendamento a se encerrar-se em 10 de maio de 2038. Em 02 de setembro de 2021, a Companhia assinou o oitavo termo aditivo ao Contrato de Arrendamento no PRES/022.98, alterando o índice de correção contratual (IG-M para IPCA). **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis** — **2.1. Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Sociedade em 14 de março de 2025, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações. **2.2. Base de apresentação:** As demonstrações contábeis são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis são apoiadas em fatos objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e da sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da perda estimada por créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais e administrativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. **2.3. Moeda funcional:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.4. Conversão de moeda estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e nos encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.5. Usos de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatos objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e da sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da perda estimada por créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração monitora e revisa periódica e temporivamente essas estimativas e suas políticas. **2.6. Regime de escrituração contábil:** As receitas, os custos e as despesas foram registrados pelo regime de competência. Os ativos realizáveis e passivos exigíveis até o prazo de um ano foram classificados no circulante e aqueles com prazos superiores a um ano foram classificados no não circulante. **3. Síntesis das principais políticas contábeis** — **a) Reconhecimento da receita, custos e despesas:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos, impostos e encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, conclui que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. As receitas são apresentadas nos resultados dos exercícios pelo seu valor líquido, ou seja, excluem os impostos incidentes sobre elas e são reconhecidas com base nos serviços prestados, na sua efetiva prestação. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência sendo os custos compostos por custos portuários, custos de arrendamento, pessoal, encargos sociais, serviços de terceiros, manutenções, amortizações de ativos, entre outros insumos relacionados às operações portuárias, estão demonstradas separadamente das despesas operacionais, e são registradas no exercício em que incorrem. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa e saldos positivos em contas correntes mantidas junto às instituições financeiras. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conservabilidade imediata em um montante conhecido de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação. As aplicações realizadas em investimentos com vencimento superior a três meses são classificadas como títulos e valores mobiliários, uma vez que possuem uma liquidez diferenciada. **c) Contas a receber de clientes:**

Relatório da Diretoria		Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido											
		Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva especial	Reservas estatutárias	Retenção de lucros	Total					
Saldo em 31 de dezembro de 2022		4.520	904	904	451	—	—	—	100.654	100.654	—	—	6.780
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Dividendos mínimos propostos	18.3	—	—	—	—	—	—	—	(30.196)	(30.196)	—	—	—
Dividendos adicionais	18.3	—	—	—	—	—	—	—	(70.458)	(70.458)	—	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023		4.520	904	904	451	—	—	—	75.926	75.926	—	—	6.780
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	—	—	—	75.926	75.926	—	—	6.780
Dividendos mínimos propostos	18.3	—	—	—	—	—	—	—	(22.778)	(22.77			

... continuação

Atualmente, a Sociedade está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Sociedade espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

2024 **2023**

Caixa 16 16

Bancos 18 2

Aplicação Financeira⁽¹⁾ 43.805 56.710

Total 43.839 56.728

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicação financeira de curto prazo, de alta liquidez, que é prontamente conversível em um montante conhecido de caixa e que está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

(1) As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósito Bancário (CDB), fundos de investimentos, que rendem entre 101% a 102% do CDI.

5. Clientes

2024 **2023**

Clientes 20.559 23.926

(-) Perdas esperada para créditos de liquidação duvidosa⁽¹⁾ (13)

Total 20.559 23.913

(1) Em 2024, a Companhia optou por reconhecer o título como perda, decidindo não buscar a recuperação do valor junto ao cliente. A abertura por vencimento do saldo a receber encontra-se demonstrado a seguir:

2024 **2023**

A vencer 20.531 21.854

Vencidos até 30 dias 28 2.059

Vencidos até 60 dias — —

Vencidos há mais de 120 dias — 13

Total 20.559 23.926

(-) Perdas esperada para créditos de liquidação duvidosa⁽¹⁾ (13)

Total 20.559 23.913

(1) Em 2024, a Companhia optou por reconhecer o título como perda, decidindo não buscar a recuperação do valor junto ao cliente. A abertura por vencimento do saldo a receber encontra-se demonstrado a seguir:

2024 **2023**

A vencer 20.531 21.854

Vencidos até 30 dias 28 2.059

Vencidos até 60 dias — —

Vencidos há mais de 120 dias — 13

Total 20.559 23.926

(-) Perdas esperada para créditos de liquidação duvidosa⁽¹⁾ (13)

Total 20.559 23.913

(1) Em 2024, a Companhia optou por reconhecer o título como perda, decidindo não buscar a recuperação do valor junto ao cliente. A abertura por vencimento do saldo a receber encontra-se demonstrado a seguir:

2024 **2023**

A vencer 20.531 21.854

Vencidos até 30 dias 28 2.059

Vencidos até 60 dias — —

Vencidos há mais de 120 dias — 13

Total 20.559 23.926

(-) Perdas esperada para créditos de liquidação duvidosa⁽¹⁾ (13)

Total 20.559 23.913

(1) Em 2024, a Companhia optou por reconhecer o título como perda, decidindo não buscar a recuperação do valor junto ao cliente. A abertura por vencimento do saldo a receber encontra-se demonstrado a seguir:

2024 **2023**

A vencer 20.531 21.854

Vencidos até 30 dias 28 2.059

Vencidos até 60 dias — —

Vencidos há mais de 120 dias — 13

Total 20.559 23.926

(-) Perdas esperada para créditos de liquidação duvidosa⁽¹⁾ (13)

Total 20.559 23.913

(1) Em 2024, a Companhia optou por reconhecer o título como perda, decidindo não buscar a recuperação do valor junto ao cliente. A abertura por vencimento do saldo a receber encontra-se demonstrado a seguir:

2024 **2023**

A vencer 20.531 21.854

Vencidos até 30 dias 28 2.059

Vencidos até 60 dias — —

Vencidos há mais de 120 dias — 13

Total 20.559 23.926

(-) Perdas esperada para créditos de liquidação duvidosa⁽¹⁾ (13)

Total 20.559 23.913

(1) Em 2024, a Companhia optou por reconhecer o título como perda, decidindo não buscar a recuperação do valor junto ao cliente. A abertura por vencimento do saldo a receber encontra-se demonstrado a seguir:

2024 **2023**

A vencer 20.531 21.854

Vencidos até 30 dias 28 2.059

Vencidos até 60 dias — —

Vencidos há mais de 120 dias — 13

Total 20.559 23.926

(-) Perdas esperada para créditos de liquidação duvidosa⁽¹⁾ (13)

Total 20.559 23.913

(1) Em 2024, a Companhia optou por reconhecer o título como perda, decidindo não buscar a recuperação do valor junto ao cliente. A abertura por vencimento do saldo a receber encontra-se demonstrado a seguir:

2024 **2023**

A vencer 20.531 21.854

Vencidos até 30 dias 28 2.059

Vencidos até 60 dias — —

Vencidos há mais de 120 dias — 13

Total 20.559 23.926

(-) Perdas esperada para créditos de liquidação duvidosa⁽¹⁾ (13)

Total 20.559 23.913

(1) Em 2024, a Companhia optou por reconhecer o título como perda, decidindo não buscar a recuperação do valor junto ao cliente. A abertura por vencimento do saldo a receber encontra-se demonstrado a seguir:

2024 **2023**

A vencer 20.531 21.854

Vencidos até 30 dias 28 2.059

Vencidos até 60 dias — —

Vencidos há mais de 120 dias — 13

Total 20.559 23.926

(-) Perdas esperada para créditos de liquidação duvidosa⁽¹⁾ (13)

Total 20.559 23.913

(1) Em 2024, a Companhia optou por reconhecer o título como perda, decidindo não buscar a recuperação do valor junto ao cliente. A abertura por vencimento do saldo a receber encontra-se demonstrado a seguir:

2024 **2023**

A vencer 20.531 21.854

Vencidos até 30 dias 28 2.059

Vencidos até 60 dias — —

Vencidos há mais de 120 dias — 13

Total 20.559 23.926

(-) Perdas esperada para créditos de liquidação duvidosa⁽¹⁾ (13)

Total 20.559 23.913

(1) Em 2024, a Companhia optou por reconhecer o título como perda, decidindo não buscar a recuperação do valor junto ao cliente. A abertura por vencimento do saldo a receber encontra-se demonstrado a seguir:

2024 **2023**

A vencer 20.531 21.854

Vencidos até 30 dias 28 2.059

Vencidos até 60 dias — —

Vencidos há mais de 120 dias — 13

Total 20.559 23.926

(-) Perdas esperada para créditos de liquidação duvidosa⁽¹⁾ (13)

Total 20.559 23.913

(1) Em 2024, a Companhia optou por reconhecer o título como perda, decidindo não buscar a recuperação do valor junto ao cliente. A abertura por vencimento do saldo a receber encontra-se demonstrado a seguir:

2024 **2023**

A vencer 20.531 21.854

Vencidos até 30 dias 28 2.059

Vencidos até 60 dias — —

Vencidos há mais de 120 dias — 13

Total 20.559 23.926

(-) Perdas esperada para créditos de liquidação duvidosa⁽¹⁾ (13)

Total 20.559 23.913

(1) Em 2024, a Companhia optou por reconhecer o título como perda, decidindo não buscar a recuperação do valor junto ao cliente. A abertura por vencimento do saldo a receber encontra-se demonstrado a seguir:

2024 **2023**

A vencer 20.531 21.854

Vencidos até 30 dias 28 2.059

Vencidos até 60 dias — —

Vencidos há mais de 120 dias — 13

Total 20.559 23.926

(-) Perdas esperada para créditos de liquidação duvidosa⁽¹⁾ (13)

Total 20.559 23.913

(1) Em 2024, a Companhia optou por reconhecer o título como perda, decidindo não buscar a recuperação do valor junto ao cliente. A abertura por vencimento do saldo a receber encontra-se demonstrado a seguir:

2024 **2023**

A vencer 20.531 21.854

Vencidos até 30 dias 28 2.059

Vencidos até 60 dias — —

Vencidos há mais de 120 dias — 13

Total 20.559 23.926

(-) Perdas esperada para créditos de liquidação duvidosa⁽¹⁾ (13)

Total 20.559 23.913

(1) Em 2024, a Companhia optou por reconhecer o título como perda, decidindo não buscar a recuperação do valor junto ao cliente. A abertura por vencimento do saldo a receber encontra-se demonstrado a seguir:

2024 **2023**

A vencer 20.531 21.854

Vencidos até 30 dias 28 2.059

Vencidos até 60 dias — —

Vencidos há mais de 120 dias — 13

...continuação

Concias S/A

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da Concias S.A. | Santos-SP
Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da Concias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concias S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Enfase: Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE):** Conforme Notas Explicativas nos 17, 19, 23, 25 e 27 a Companhia aderiu ao benefício fiscal proporcionado pelo Programa

Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE). No entanto, foi impactada pelas mudanças legislativas que normatizam o referido programa. A Companhia em conjunto com seus assessores jurídicos impetrhou mandado de segurança em caráter preventivo, com pedido de liminar para lhe assegurar a utilização do benefício e vem depositando em juízo os valores da apuração mensal da contribuição ao PIS, à COFINS, à CSLL e ao IRPJ relacionados ao benefício do PERSE. Cabe destacar que o tratamento contábil e tributário relacionado a este tema poderá ser impactado por eventuais revisões ou decisões judiciais sobre a regularidade da utilização do benefício fiscal. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos

são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões judiciais das usúrios tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ■ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; ■ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; ■ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; ■ Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; ■ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
 CRC-2SP 013.846/0-1
 André Silva Moura
 Contador CRC-1SP 300.564/0-7

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo
 ou apontando a câmera do seu
 celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br



Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo

Documento assinado e
 certificado digitalmente
 Conforme MP 2.200-2
 de 24/08/2001 Confira ao
 lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/04/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
 do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



...continuação

quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. O Grupo atua no segmento de mensageria e plataformas de comunicação que garante a entrega de mensagens em segundos, como SMS (Short Message Service) e RCS (Rich Communication Services). Esses serviços são prestados com base no volume de utilização dos usuários, quantidade de venda dos serviços e medições de utilizações, tendo em sua grande maioria base em contrato de preço fixo. As receitas são reconhecidas conforme consumo e apontamento de volume em nossas plataformas. Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e estas refletidas no resultado no período em que a administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão. (ii) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competição, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.17. Normas novas e alteradas em vigor no exercício:** CPC 50 - Contratos de Seguro - A Companhia não possui quaisquer contratos que atendem à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50 (IFRS 17), CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - Definição de Estimativas Contábeis - A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. No entanto, o Grupo manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na Norma com os seguintes esclarecimentos: • Uma mudança na estimativa contábil que resulte de novas informações ou novos eventos não significa a retificação de um erro. • Os efeitos da mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil correspondem a mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da retificação de erros de períodos anteriores. CPC 26 (R1) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes - As alterações do CPC 26 (R1) publicadas em janeiro de 2020 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época do reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nas obrigações existentes na data do balanço. CPC 26 (R1) - Declaração da Prática 2 do CPC - Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis - As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo "políticas contábeis significativas" por informações de políticas contábeis relevantes". As informações da política contábil são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras do propósito geral tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Os parágrafos de apóio não CPC 26 (R1) também foram alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são relevantes por si só. CPC 32 - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação: As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode ocorrer no reconhecimento do passivo de arrendamento e correspondente ativo de direito de uso aplicando a CPC 06 na data de início do arrendamento. Após as alterações de CPC 32, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento do eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos no CPC 32. O CPC acrescenta ainda um exemplo ilustrativo não CPC 32 que explica como as alterações são aplicadas. As alterações são aplicáveis a transações ocorridas no ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Adicionalmente, no início do primeiro período comparativo, a entidade reconhece: • Um ativo fiscal diferido (quando for provável que a entidade apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias

Sinch BR S.A.
dedutíveis e tributáveis associadas aos: • Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento. • Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares e valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do respectivo ativo. • O efeito acumulado da aplicação inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) naquela data. As alterações acima não teriam impactos relevantes para a Companhia. 2.18. Normas novas que ainda não estão em vigor. Listamos a seguir as normas novas que ainda não estão em vigor. Vale ressaltar que com base em análise preliminar efetuada pela Administração da Companhia, não são esperados impactos significativos sobre as demonstrações financeiras do Grupo quando da adoção destas novas normas. Alterações a IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes - Os diretores da controladora esperam que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do grupo no futuro. **2.19. Arrendamentos:** Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Companhia. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamento a seguir: • Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber). • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual. • Pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos de arrendamento são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, o Grupo utiliza taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pelo Grupo, sem financiamento recente com terceiros. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Os pagamentos associados a arrendamentos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. **3. Estimativas e Julgamentos**

Contábeis - Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. (i) Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício final em 31 de dezembro de 2023 relacionam-se aos seguintes assuntos: • Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados. • Teste de redução ao valor recuperável de ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento. • Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. • Aquisição de controlada: valor justo dos ativos intangíveis identificáveis. **4. Gestão de Risco Financeiro - Fatores de risco financeiro:** Os seus instrumentos financeiros da Companhia estão expostos aos seguintes riscos: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. Ver na nota explicativa nº 5 os saldos de todos os instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. O programa de gestão de risco do Grupo busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. **(a) Riscos de mercado:** (i) **Risco cambial:** O risco associado decorre da possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentam valores captados no mercado. Uma vez que o Grupo possui ativos e passivos em moeda estrangeira, conforme mencionado a seguir, seus resultados podem ser afetados pela variação da taxa de câmbio. O Grupo não possui instrumento financeiro derivativo para se proteger da variação do câmbio. Os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos a uma taxa de R\$4.841 em USD, R\$5.352 em EUR e R\$6.159 em GBP são resumidos a seguir:

Consolidado 2023									
Em milhares de reais					Conversão em moeda da transação				
Moedas	Partes relacionadas	Clientes	Fornecedores	Exposição cambial a pagar	Partes relacionadas	Clientes	Fornecedores	Exposição cambial a receber	Analise de sensibilidade em R\$
USD	6.385	18.842	5.649	4.318	15.260	1.319	3.892	(1.167)	3.152
EUR	391	812	—	1.597	(394)	73	152	—	(74)
GBP	—	—	—	89	(89)	—	—	—	(14)
	6.775	19.654	5.649	6.004	14.777	1.392	4.044	(1.167)	3.064
									1.478

Análise de sensibilidade: Uma redução de 10% na taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2023 geraria uma perda de R\$1.526 em USD para a Companhia. Por outro lado, um aumento de 10% na taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2023 geraria uma perda de aproximadamente R\$39 em EUR, uma perda de R\$9 em GBP. **(ii) Risco de taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de relativas a ativos atrelados ao CDI (aplicações financeiras). Ver divulgações adicionais na nota explicativa nº 6. O risco de taxa de juros não é relevante para a Companhia pois os saldos denominados em CDI não são materiais. **(b) Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a selevidade de seus clientes são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu Contas a Receber. A Companhia possui provisão para créditos de liquidação duvidosa para fazer face ao risco de crédito, conforme divulgado na nota explicativa nº 7. As disponibilidades do Grupo são mantidas em instituições financeiras aprovadas pela Administração. **(c) Risco de liquidez:** É o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Companhia e agregada pelo departamento Financeiro. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Os passivos com partes relacionadas serão pagos à medida que as disponibilidades de caixa existirem e tais pagamentos forem requisitados pela matriz. A Companhia investe o excesso de caixa em títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros do Grupo e passivos de arrendamento, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento, com base nos valores não descontados.

Controladora 2023									
Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Açima de cinco anos	Menos de um ano	Entre dois e três anos	Entre três e cinco anos	Açima de cinco anos	Menos de um ano	Entre um e três anos
131.534	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1.611	2.319	—	—	—	—	—	—	—	—
55.684	277.237	—	—	—	—	—	—	—	—
2.880	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Consolidado 2023									
Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Açima de cinco anos	Menos de um ano	Entre dois e três anos	Entre três e cinco anos	Açima de cinco anos	Menos de um ano	Entre um e três anos
131.718	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1.611	2.319	—	—	—	—	—	—	—	—
55.684	277.237	—	—	—	—	—	—	—	—
2.880	—	—	—	—	—	—	—	—	—

Controladora 2023

Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Açima de cinco anos	Menos de um ano	Entre dois e três anos	Entre três e cinco anos	Açima de cinco anos	Menos de um ano	Entre um e três anos
131.534	82.769	45.839	85.253	—	—	—	—	—	—
144.178	113.095	144.178	113.095	24.003	5.332	24.404	5.809	273.365	232.621
484.797	433.817	488.271	437.582	43.251	82.769	45.839	85.253	484.797	433.817
115.761	123.522	144.178	113.095	—	—	—	—	—	—

Controladora 2023

Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos
-----------------	----------------------	-------------------------

... continuação

Sinch BR S.A.										
13. Intangível - (a) Controladora:										
2023										
	Software em Implan-ware	Tação	Marca	Ágio	Total	Relações contratuais com clientes/operadoras	Benfei- torias em imóveis de ter- ceiros	Equipamen- tos e uten- silios	Móveis e imóveis de e equipa- mentos terceiros em anda- mento	Móveis e imóveis de e equipa- mentos terceiros em anda- mento
Custo de aquisição						Custo de aquisição				
Saldo inicial	37.350	641	4.100	162.969	59.367	264.427	3	6.794	136	2.288
Aquisição	20	570	—	—	—	590	319	2.183	299	1.210
Transferência	139	(139)	—	—	—	—	2.731	8.796	901	—
Perda no valor recuperável de ativos - "impairment"	(31.000)	—	—	(162.969)	(58.400)	(252.369)	3.498	1.048	503	(3.498)
Baixa	—	(11)	—	—	—	(11)	—	(63)	(184)	(1.551)
Saldo final	6.509	1.061	4.100	—	967	12.637	6.551	18.758	1.655	—
Amortização						Depreciação	(3)	(5.565)	(124)	(5.692)
Saldo inicial	(21.646)	—	(4.100)	—	(12.161)	(37.907)	(191)	(1.895)	(127)	(2.213)
Amortização	(8.568)	—	—	—	(5.840)	(14.408)	(458)	(4.867)	(257)	(5.581)
Perda no valor recuperável de ativos - "impairment"	24.072	—	—	—	17.034	41.106	—	—	—	170
Baixa	—	—	—	—	—	—	(652)	(12.294)	(371)	(13.317)
Saldo final	(6.142)	—	(4.100)	—	(967)	(11.209)	Em 31 de dezembro de 2022	5.899	6.464	1.284
Em 31 de dezembro de 2023	367	1.061	—	—	—	1.429	(b) Consolidado	—	—	13.647
2022										
	Software em Implan-ware	Tação	Marca	Ágio	Total	Relações contratuais com clientes/operadoras	Benfei- torias em imóveis de ter- ceiros	Equipamen- tos e uten- silios	Móveis e imóveis de e equipa- mentos terceiros em anda- mento	Móveis e imóveis de e equipa- mentos terceiros em anda- mento
Custo de aquisição						Custo de aquisição				
Saldo inicial	3.845	—	—	—	967	4.812	6.551	18.758	1.655	—
Aquisição	259	445	—	—	—	704	95	492	—	587
Incorporação de controlada (nota explicativa nº 26.(a))	2.247	196	—	—	—	2.443	(5)	(89)	(159)	(253)
Transferência por incorporação de mais-valia que estava na conta de investimento (nota explicativa nº 11)	31.000	—	4.100	162.969	58.400	256.469	6.641	19.161	1.496	—
Saldo final	37.350	641	4.100	162.969	59.367	264.427	Depreciação	(652)	(12.294)	(371)
Amortização	(3.722)	—	—	—	(967)	(4.689)	Saldo inicial	(251)	(2.064)	(147)
Amortização	(5.796)	—	—	—	(3.893)	(9.690)	Depreciação	(652)	(12.294)	(371)
Incorporação da controlada (nota explicativa nº 26.(a))	(1.812)	—	—	—	—	(1.812)	Saldo final	(902)	(14.273)	(374)
Transferência por incorporação de mais-valia que estava na conta de investimento (nota explicativa nº 11)	(10.316)	—	(4.100)	—	(7.300)	(21.716)	Em 31 de dezembro de 2023	5.739	4.888	1.122
Saldo final	(21.646)	—	(4.100)	—	(12.161)	(37.907)	2023	—	—	11.749
Em 31 de dezembro de 2022	15.704	641	—	162.969	47.206	226.521	(b) Consolidado	—	—	—
2022										
	Software em Implan-ware	Tação	Marca	Ágio	Total	Relações contratuais com clientes/operadoras	Benfei- torias em imóveis de ter- ceiros	Equipamen- tos e uten- silios	Móveis e imóveis de e equipa- mentos terceiros em anda- mento	Móveis e imóveis de e equipa- mentos terceiros em anda- mento
Custo de aquisição						Custo de aquisição				
Saldo inicial	38.469	641	4.100	162.969	59.367	265.547	Saldo inicial	(445)	(10.026)	(366)
Aquisição	20	570	—	—	—	—	Depreciação	(207)	(2.301)	(142)
Transferência	139	(139)	—	—	—	—	Saldo final	(3.498)	1.048	503
Perda no valor recuperável de ativos - "impairment"	(31.000)	—	—	(162.969)	(58.400)	(252.369)	Transferência	(63)	(184)	(159)
Baixa	—	(11)	—	—	(11)	—	Alienação/baixa	—	33	137
Saldo final	7.628	1.061	4.100	—	967	13.756	Saldo final	(652)	(12.294)	(371)
Amortização						Em 31 de dezembro de 2022	6.551	18.758	1.655	—
Saldo Inicial	(22.765)	—	(4.100)	—	(12.161)	(39.026)	Depreciação	(974)	14.442	456
Amortização	(8.567)	—	—	—	(5.840)	(14.407)	Saldo inicial	2.079	3.331	880
Perda no valor recuperável de ativos - "impairment"	24.072	—	—	—	17.034	41.106	Depreciação	3.498	1.048	503
Baixa	—	—	—	—	—	Em 31 de dezembro de 2022	5.899	6.464	1.284	—
Saldo final	(7.260)	—	(4.100)	—	(967)	(12.327)	15. Fornecedores	1.551	(1.551)	(1.551)
Em 31 de dezembro de 2023	368	1.061	—	—	—	2023	2023	2022	2022	2022
2022										
	Software em Implan-ware	Tação	Marca	Ágio	Total	Relações contratuais com clientes/operadoras	Benfei- torias em imóveis de ter- ceiros	Equipamen- tos e uten- silios	Móveis e imóveis de e equipa- mentos terceiros em anda- mento	Móveis e imóveis de e equipa- mentos terceiros em anda- mento
Custo de aquisição						Custo de aquisição				
Saldo inicial	37.366	—	4.100	162.969	59.367	263.802	Fornecedores nacionais (i)	125.885	75.077	126.069
Aquisição	544	641	—	—	—	—	Fornecedores estrangeiros	5.649	9.316	9.317
Incorporação de controlada (nota explicativa nº 26.(a))	560	—	—	—	—	—	2023	131.534	84.393	131.718
Saldo final	38.469	641	4.100	162.969	59.367	265.547	2022	5.649	9.316	9.317
Amortização	(13.488)	—	(3.758)	—	(6.320)	(23.567)	16. Provisão para Riscos	9.707	8.881	7.118
Amortização	(8.717)	—	(342)	—	(5.841)	(14.899)	(a) Controladora: Na exercício de 2022, a Companhia reconheceu provisões para riscos decorrente da incorporação da sua controlada, e em conjunto com consultores legais externos, constituiu novas provisões por avaliação dos processos. A provisão foi constituída em montante considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir os processos de natureza tributária e trabalhista que possuem probabilidade de risco de perda classificada como provável.	3.975	3.988	3.988
Incorporação de controlada (nota explicativa nº 26.(a))	(560)	—	—	—	—	2023	20.800	26.594	20.800	26.594
Saldo final	(22.765)	—	(4.100)	—	(12.161)	(39.026)	2022	1.551	(1.551)	(1.551)
Em 31 de dezembro de 2022	15.704	641	—	162.969	47.206	226.521	17. Tributos a Recolher	1.551	(1.551)	(1.551)
Os valores registrados do ágio referem-se à aquisição da empresa abaixo:	323	2023	2022	2023	2022	2022	Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	2.350	1.263	1.263
Sinch Brasil S.A.	162.969	162.969	162.969	162.969	162.969	162.969	Imposto sobre terceiros retidos a recolher	2.233	1.400	1.400
A alociação do preço de compra referente a ativos intangíveis identificáveis "mais-valia" estava contabilizada na controladora como investimentos, sendo que em 2022 foi reclassificada para o intangível, devido à incorporação da Controlada mencionada na nota explicativa nº 26. O ágio de R\$162.969 acima estava fundamentado na expectativa de lucratividade futura da empresa Sinch Brasil S.A. Entretanto, em 2023, foi contabilizada provisão para perda no valor recuperável de ativos ("impairment"), como explicado abaixo. (a) Testes redução ao valor recuperável ("impairment") - ágio derivado de combinação de negócios ("goodwill"). O ágio é submetido anualmente a testes de redução ao valor recuperável. As principais premissas utilizadas no teste anual de recuperabilidade efetuado na data-base 31 de dezembro de 2023 são as seguintes: A taxa de desconto (WACC) foi de 14,65%, que é uma taxa ante os impostos, e foi utilizada para ajustar o valor presente as projeções financeiras de fluxos de caixa do período de 2023 a 2039. Foi considerado um valor terminal, estimado com base na perpetuidade do modelo de crescimento de Gordon, de acordo com a premissa de vida útil de longo prazo do negócio. A taxa de crescimento na perpetuidade foi de 3,5%, equivalentes à expectativa da inflação brasileira de longo prazo e considerando margens operacionais estabilizadas. Após o teste de redução do valor recuperável ("impairment"), foi concluído que deve ser contabilizada uma perda no valor recuperável de ativos ("impairment") para 100% do ágio derivado da combinação de negócio, bem como sobre outros ativos intangíveis, como demonstrado abaixo:	33.312	33.298	33.312							
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	Imposto sobre Serviços - ISS (i)	708	1.326	1.326
							Outros tributos a recolher	166	144	144
							5.457	4.133</td		

... continuação

Sinch BR S.A.											
					2023 2022						
				1	Movimentação dos saldos						
		311		4	Em 1º de janeiro						
		34.944		10.244	Movimentação líquida de transações comerciais com partes						
		255.000		255.000	relacionadas						
A Companhia recebeu um empréstimo da Sinch AB no valor de R\$255.000 em 29 de janeiro de 2021, sendo os juros calculado mensalmente, e a taxa do empréstimo de 8,0% a.a. e prazo de vencimento de 5 anos. O empréstimo foi realizado em reais, não apresentando riscos cambiais para a Companhia. Os demais saldos a receber e a pagar referem-se principalmente a transações comerciais com partes relacionadas.											
Movimentação dos saldos											
		2023		2022	Em 1º de janeiro						
		265.244		269.241	Movimentação líquida de transações comerciais com partes						
		24.708		14.319	relacionadas						
		20.683		20.683	Variação cambial						
		(20.683)		(20.683)	Em 31 de dezembro						
		(8)		(16)	Passivo						
		74.792		74.792	Sinch AB (publ)						
		–		–	Sinch Sweden AB						
		(93.093)		(93.093)	ACL Mobile Private Ltd.						
		289.944		265.244	Sinch UK Ltd.						
		74.792		74.792	Sinch México, S. de R.L. C.V.						
		–		–	Sinch Belgium BV						
		–		–	Sinch Germany GmbH						
		–		–	Cycleologic Chile Telecommunicaciones SPA						
		–		–	MessengerPeople GmbH						
		–		–	Sinch de Peru SAC						
		–		–	Cycleologic Argentina S.R.L.						
		–		–	Nedimix S.A.						
		–		–	Sinch Interconnect LLC						
		–		–	Composição de receita e custo com partes relacionadas:						
		2023		2022							
		Receita Serviços		Custo Serviços							
		2023		2022							
		Receita Serviços		Custo Serviços							
		161.753		(2.705)	447.743						
		58.393		–	62.804						
		2.449		(1.025)	481						
		1.951		(1.717)	2.160						
		1.634		–	5.900						
		1.557		–	–						
		705		–	172						
		55		–	–						
		–		–	–						
		–		–	7						
		–		–	(29)						
		–		–	Sinch Sweden AB						
		–		–	Nedimix S.A.						
		–		–	Sinch México, S. de R.L. C.V.						
		–		–	Cycleologic Argentina S.R.L.						
		–		–	Cycleologic Chile Telecommunicaciones SPA						
		–		–	ComperTime S.A. de C.V.						
		–		–	Message4U Pty Ltd.						
		–		–	Mailgun Technologies Inc.						
		–		–	Sinch Germany GmbH						
		–		–	Cycleologic do Brasil Mobile Solutions Ltda.						
		–		–	Sinch Brasil S.A.						
		–		–	Sinch AB (publ)						
		–		–	Sinch Interconnect LLC						
		–		–	Sinch UK Ltd.						
		–		–	Maigun Technologies Inc.						
		–		–	Sinch Belgium BV						
		–		–	Cycleologic Chile Telecommunicaciones SPA						
		–		–	ComperTime S.A. de C.V.						
		–		–	Message4U Pty Ltd.						
		–		–	Mailgun Technologies Inc.						
		–		–	Sinch Germany GmbH						
		–		–	Cycleologic do Brasil Mobile Solutions Ltda.						
		–		–	Sinch Brasil S.A.						
		–		–	Sinch AB (publ)						
		–		–	Sinch Interconnect LLC						
		–		–	Sinch UK Ltd.						
		–		–	Maigun Technologies Inc.						
		–		–	Sinch Belgium BV						
		–		–	Cycleologic Chile Telecommunicaciones SPA						
		–		–	ComperTime S.A. de C.V.						
		–		–	Message4U Pty Ltd.						
		–		–	Mailgun Technologies Inc.						
		–		–	Sinch Germany GmbH						
		–		–	Cycleologic do Brasil Mobile Solutions Ltda.						
		–		–	Sinch Brasil S.A.						
		–		–	Sinch AB (publ)						
		–		–	Sinch Interconnect LLC						
		–		–	Sinch UK Ltd.						
		–		–	Maigun Technologies Inc.						
		–		–	Sinch Belgium BV						
		–		–	Cycleologic Chile Telecommunicaciones SPA						
		–		–	ComperTime S.A. de C.V.	</td					

Wattana Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 30.984.437/0001-12 | Sede Praça General Gentil Falcão, 108, Conj. 132, Cidade Monções, São Paulo/SP

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Wattana Empreendimentos e Participações S.A, relativas ao exercício findo em 31/12/2024, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. Em 31/12/2024, a Companhia registrou lucro de R\$ 37.352.134 (R\$ 29.940.404 em 2023), Patrimônio Líquido de R\$ 26.523.007 (R\$ 23.717.273 em 2023) e Ativos Totais de R\$ 26.564.794 (R\$ 23.718.559 em 2023). A Companhia realizou a antecipação de dividendos em julho de 2024, com base no balanço semestral, no montante de R\$ 19.080.000, conforme deliberado em Ata da Assembleia Extraordinária datada de 23/07/2024. Em 15 de de janeiro de 2025 em Ata da Assembleia Geral Extraordinária aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$18.696.000,00. Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, 01/04/2025. **Directoria.**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores em Reais)

Ativo	BALANÇOS PATRIMONIAIS		Passivo	DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Patrimônio líquido
	NE	2024	2023								
Circulante			Circulante			Patrimônio líquido em 31.12.2022	3.891.492	70.352.407	778.298	75.022.198	
Caixa	4	18.129	25.209	Fornecedores	6	39.130	1.196	1.940.676	(62.859.004)	–	(60.918.329)
Tributo a compensar		150	111	Tributos	7	2.657	90	–	29.940.404	–	29.940.404
Não circulante	26.546.515	23.693.239	Patrimônio líquido	26.523.007	23.717.273	(-) Lucros distribuídos	–	(20.327.000)	–	(20.327.000)	
Investimentos RCB	5	26.546.515	23.693.239	Capital social	8	3.891.492	3.891.492	–	–	–	–
Ativo total	26.564.794	23.718.559	Reserva de capital social	8	1.940.676	1.940.676	Reserva abrangente	8	(4.811.058)	–	(4.811.058)
NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS			Reserva legal	8	778.298	778.298	Reserva de lucro	8	24.723.599	17.106.807	24.723.600
Ativo total	26.564.794	23.718.559	Passivo total	26.564.794	23.718.559	Patrimônio líquido em 31.12.2023	3.891.492	1.940.676	17.106.807	778.298	23.717.273

1. Contexto operacional: A Wattana Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia" ou "Empresa"), com sede na cidade de São Paulo, Praça General Gentil Falcão, nº 108, 13º andar, conjunto 132, foi constituída em 01/06/2018 e tem por objeto social preponderante, administração de imóveis próprios, participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia ou quotista (holding).

2. Apresentação das demonstrações financeiras: a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As práticas foram aplicadas em consistência com todos os exercícios apresentados. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios, que considera a liquidação de suas obrigações no curso normal das atividades. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em 01/04/2025 de acordo com o Pronunciamento Técnico de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC-PME), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) conforme adotado no Brasil por meio de aprovação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), ou seja, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC - T-19.41).

b. Base de Mesuração: As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, quando aplicável. **c. Moeda Funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, a qual é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações financeiras apresentam todas as informações relevantes para a compreensão das mudanças na situação patrimonial e financeira da Companhia, no seu desempenho e nos seus fluxos de caixa ocorridos desde o término do exercício social mais recente, incluindo, no mínimo, o saldo da cada um dos grupos e subgrupos de contas que estiverem incluídos nas demonstrações financeiras completas mais recentes. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais da Empresa evidenciam todas as informações financeiras relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos. As demonstrações financeiras individuais incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões civis, fiscais e trabalhistas. **e. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, quando aplicável. **3. Resumo das principais políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Instrumentos financeiros - Ativos e Passivos financeiros:** A Empresa deixa de reconhecer um ativo financeiro quando a Empresa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratual sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Empresa nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando a Empresa tenha o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Ativos financeiros: Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa abrangem** saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados nas obrigações de curto prazo. **Aplicações em contas de fundos de investimento -** As aplicações financeiras são contabilizadas com base nos extratos de movimentações de aplicações financeiras enviados mensalmente pelas instituições financeiras e os seus resultados são reconhecidos pelo regime de competência. **b. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC PME seção 21 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os critérios utilizados pela administração para mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes são: **Ativos contingentes -** Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. **Provisões de Contingências passivas -** São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando da existência de uma obrigação presente como resultado de um evento passado e com base na opinião de assessores jurídicos e da administração por considerado provável uma saída de recurso que incorporam os benefícios econômicos para liquidar esta obrigação, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Para contingências trabalhistas, as provisões são constituídas a partir da decisão estabelecida em primeira instância em vara trabalhista. **Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais:** Decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade e são reconhecidas considerando a probabilidade de perda. Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação. **c. Distribuição de Lucros:** Conforme estabelecido no Contrato Social, cláusula décima e item II, a Empresa poderá levantar balanços intermediários, intercalares ou em períodos menores, e, com base nesses balanços, distribuir lucros. **d. Capital social: Ações ordinárias -** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opção de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido ou não reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido ou não.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2024	2023
Conta Corrente	1	1
Aplicações Financeiras	18.128	25.208

5. Investimentos em empresas: Referem-se a investimentos na empresa RCB Investimento S.A. cujas principais informações podem ser assim demonstradas:

Descrição	2024	2023
Quantidade de ações totais	2.617.962	2.617.962
Quantidade de ações detidas	610.857	610.857
% de participação	23,33%	23,33%
Capital Social	13.783.593	13.748.250
Distribuição total	148.215.753	87.355.077
SOP Exercida	(13.922.668)	(201.130)
Prêmio pago SOP outorgada	1.454.412	2.421.897
Resultado do Exercício	172.912.352	126.312.700
Patrimônio líquido (31/12/2024)	113.770.929	101.542.586
Participação atribuível a Wattana	26.546.515	23.693.239

6. Prestadores de serviços:

	2024	2023
No país - Terceiros (a)	39.130	1.196
	39.130	1.196

(a) Valores apresentados correspondem a saldos de despesas com prestação de serviços de contabilidade, e serviços jurídicos realizados por terceiros a Companhia em 31/12/2024 e 2023.

7. Obrigações fiscais e tributárias:

	2024	2023
Imposto retido na fonte	2.646	78
PLIs a recolher	8	5
Cofins a recolher	2	7
	2.657	90

8. Capital social e reservas: a. Capital social: O capital social é representado por 1.000.000 ações ordinárias subscritas e integralizadas, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2024	2023
Lucro líquido	40.261.390	29.940.404
(-) Reserva legal (5% do lucro líquido)	–	–
Base para distribuição de dividendos	40.261.390	29.940.404
(-) Dividendos pagos antecipadamente (19.080.000) (12.034.000)		
(=) Saldo disponível para dividendos	21.181.390	17.906.404
Dividendo mínimo obrigatório 33%		
após reserva legal	13.286.259	15.466.400

9. Despesas administrativas:

	2024	2023
RCB Investimentos S.A.	14.084.961	14.084.961
Taxas	1.972	3.941
Auditória	15.000	15.000
Outros	2.491	3.637</

continuação

detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos,

Wattana Empreendimentos e Participações S.A.

bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administra-

ção. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 01/04/2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda., CRC 2SP-027685/0-0 F SP;
Gustavo Mendes Bonini, Contador - CRC 1SP296875/0-4.

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br



📞 Contato: (11) 3361-8833

✉️ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/04/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



3P Brasil – Consultoria e Projetos de Estruturação de Parcerias Público-Privadas e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 01.259.348/0001-60 - NIRE 35300568141

Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de janeiro de 2025

1. Data, Hora e Local: Aos 14 dias do mês de janeiro de 2025, às 14 horas, na sede da Companhia, localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, Setor C, Torre Tarumã, 6º Andar, Salas 612 e 613, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, São Paulo – SP. **2. Presença:** A totalidade dos acionistas da companhia, abaixo subscritos. **3. Convocação:** Dispensada convocação prévia nos termos do art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/76. **4. Mesa:** Presidente, Bruna Boner Léo Silva, e Secretário, Paulo César Lopes Zeredo. **5. Deliberações:** Por unanimidade de votos dos presentes, foi tomada a seguinte deliberação: **i)** Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária na forma de sumário, nos termos do art. 130, §1º, da Lei nº 6.404/76; **ii)** Aprovar a alteração do endereço da Filial 02 da Companhia que passa a ser sediada na Avenida Guilherme Paraense, nº 215, Salas 07, 08 e 09, Altos, Adrianoápolis, CEP 69057-095, Manaus – AM, sob o NIRE 13920011871 e inscrita no CNPJ/ME sob o nº 01.259.348/0004-03. **iii)** Aprovada a alteração de endereço da filial pela totalidade dos acionistas o Artigo 2º do Estatuto Social, passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 2. A Companhia tem sede e foro na Cidade e Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, Setor C, Torre Tarumã, 6º Andar, Salas 612 e 613, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, §1º. A Diretoria da Companhia, mediante deliberação, poderá criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior; §2º. A Companhia possui as seguintes filiais: (a) Filial 01 – no Setor Comercial Norte – SCN, Quadra 05, Bloco A, nº 50, Sala 716, Parte A, Ed. Brasília Shopping Shopping and Towers, Asa Norte, CEP 70715-900, Brasília – DF, sob o NIRE 5392001576-3 e inscrita no CNPJ/ME sob o nº 01.259.348/0003-22; (b) Filial 02 – na Avenida Guilherme Paraense, nº 215, Salas 07, 08 e 09, Altos, Adrianoápolis, CEP 69057-095, Manaus – AM, sob o NIRE 13920011871 e inscrita no CNPJ/ME sob o nº 01.259.348/0004-03; (c) Filial 03 – na Avenida Lauro Sodré, nº 1865, CXPST E.V. 45, Pedrinhas, CEP 76801-501, Porto Velho – RO, sob o NIRE 11900255292 e inscrita no CNPJ/ME sob o nº 01.259.348/0005-94; e (d) Filial 04 – na Travessa Francisco de Leonardo Truda, nº 98, Sala 51, 5º Andar, Centro Histórico, CEP 99010-050, Porto Alegre – RS, sob o NIRE 43920064987 e inscrita no CNPJ/ME sob o nº 01.259.348/0006-75. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou em livro próprio a presente ata que depois de lida, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **i)** Certifica-se que a presente ata confere com a original lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. São Paulo – SP, 14 de janeiro de 2025. Mesa: **Bruna Boner Léo Silva**, Presidente; **Paulo César Lopes Zeredo**, Secretário. Acionistas: **Gallaxia S.A.**, Bruna Boner Léo Silva. **FR Empreendimentos e Participações EIRELI**, Fernando Antonio Fontes Rodrigues; **Midori Participações Societárias e Holding Ltda.**, Paulo César Lopes Zeredo. JUCESP nº 49.054/25-9 em 04/02/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Nome, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1. A 3P Brasil – Consultoria e Projetos de Estruturação de Parcerias Público-Privadas e Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2.** A Companhia tem sede e foro na Cidade e Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, Setor C, Torre Tarumã, 6º Andar, Salas 612 e 613, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, §1º. A Diretoria da Companhia, mediante deliberação, poderá criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior; §2º. A Companhia possui as seguintes filiais: (a) Filial 01 – no Setor Comercial Norte – SCN, Quadra 05, Bloco A, nº 50, Sala 716, Parte A, Ed. Brasília Shopping Shopping and Towers, Asa Norte, CEP 70715-900, Brasília – DF, sob o NIRE 5392001576-3 e inscrita no CNPJ/ME sob o nº 01.259.348/0003-22; (b) Filial 02 – na Avenida Guilherme Paraense, nº 215, Salas 07, 08 e 09, Altos, Adrianoápolis, CEP 69057-095, Manaus – AM, sob o NIRE 13920011871 e inscrita no CNPJ/ME sob o nº 01.259.348/0004-03; (c) Filial 03 – na Avenida Lauro Sodré, nº 1865, CXPST E.V. 45, Pedrinhas, CEP 76801-501, Porto Velho – RO, sob o NIRE 11900255292 e inscrita no CNPJ/ME sob o nº 01.259.348/0005-94; e (d) Filial 04 – na Travessa Francisco de Leonardo Truda, nº 98, Sala 51, 5º Andar, Centro Histórico, CEP 99010-050, Porto Alegre – RS, sob o NIRE 43920064987 e inscrita no CNPJ/ME sob o nº 01.259.348/0006-75. **Artigo 3.** A Companhia tem por objeto social: a prestação de serviços de consultoria em supervisão, orientação e gestão de atendimento ao público em geral; prestação de serviços de informática e consultoria em tecnologia da informação; suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; desenvolvimento de programas de computador; participação no capital social de outras empresas nacionais e estrangeiras, na condição de acionista, sócia ou quotista, como controladora ou minoritária; aquisição, transferência e administração de bens móveis, bens imóveis e direitos que integram ou passem a integrar o patrimônio da Companhia; licenciamento de programas licenças de computador (software); serviços relacionados a sociedades de fomento mercantil – factoring a participação em consórcios ou outras sociedades, simples ou empresárias, como sócia, acionista ou quotistas, ainda, representar sociedades nacionais ou estrangeiras; a locação de serviços de mão-de-obra temporária; impressão de material de segurança; serviços de microfilmagem; fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente, fabricação de letras, letreros e placas de qualquer material, exceto luminosos, fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial e específicos, não especificados anteriormente, peças e acessórios, e o desempenho de quaisquer outras atividades, direta ou indiretamente, relacionadas ou complementares às acima descritas. **Artigo 4.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II. Capital Social e Ações.** Artigo 5. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, R\$21.280.155,00 (vinte e uma milhões, duzentas e oitenta mil, duzentos e oitenta mil cento e cinquenta e cinco reais) dividido em 21.280.155 (vinte e uma milhões, duzentas e oitenta mil, duzentos e oitenta mil cento e cinquenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. §1º. Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada ação de forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, juntamente à instituição financeira aprovada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o art. 35, §3º, da Lei nº 6.404/76, §2º. Cada ação ordinária representativa do capital social conferirá a seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Artigo 6.** A não realização, pelo subscritor, do valor subscrito nas condições previstas no boletim ou na chamada fará com que o subscritor fique, de pleno direito, constituído em mora, para fins dos Arts. 106 e 107 da Lei nº 6.404/76, sujeitando-se ao pagamento do valor em atraso corrigido monetariamente de acordo com a variação do IGP-M/FGV ou índice que venha a substituí-lo na menor periodicidade legalmente admitida, além de juros de 12% (doze por cento) ao ano, calculado pro rata temporis, e multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor da prestação em atraso, devidamente atualizada. **Capítulo III. Das Assembleias Gerais.** Artigo 7. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas no Art. 132 da Lei nº 6.404/1976, e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia assim o exigirem. §1º. A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única. §2º. A Assembleia Geral será convocada por qualquer diretor ou, ainda, nas hipóteses previstas neste Estatuto Social e no parágrafo único do Art. 123 da Lei nº 6.404/1976, §3º. A Assembleia Geral será presidida por acionista eleito dentre os presentes. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-la. §4º. Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatário nomeado na forma do Art. 126, §1º, da Lei nº 6.404/76. **Artigo 8.** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas no Art. 132, da Lei nº 6.404/1976, e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia assim o exigirem. **Artigo 9.** As seguintes matérias também deverão ser deliberadas pelos acionistas em sede de Assembleia Geral: (i) Qualquer alteração do Estatuto Social da Companhia; (ii) Designação e destituição de administradores; (iii) Alteração do capital social da Companhia; (iv) Alteração da política de dividendos da Companhia; (v) Aprovação do plano de negócios, orçamento anual da Companhia e eventuais alterações; (vi) Alianças estratégicas, joint-ventures, parcerias, participação em consórcios, associações, fusões, cisões, transformações, incorporações, aquisições e investimentos envolvendo a Companhia, de forma direta ou indireta, ou qualquer forma de reorganização societária; (vii) Qualquer alienação, e toda e qualquer operação destinada à alienação, sob qualquer forma, de ativos da Companhia, em valor superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais); (viii) Qualquer alienação, e toda e qualquer operação destinada à alienação, sob qualquer forma, de qualquer participação societária de titularidade da Companhia, independentemente do valor envolvido; (ix) Qualquer operação ou contrato entre a Companhia, de um lado, e (a) qualquer dos acionistas, seu cônjuge ou parentes ate quarto grau, e/ou (b) sociedade sob o controle de qualquer das pessoas referidas na letra (a) acima, de outro lado; (x) Confissão de falência ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial; (xi) Dissolução, liquidação, cessação do estado de liquidação e extinção da Companhia; (xii) Concessão de avais, fianças ou outras garantias em relação a obrigações de terceiros, ou de qualquer sócio, administrador ou empregado da Companhia, em qualquer valor; e (xiii) Renúncia a qualquer direito ou qualquer ato de liberalidade. **Artigo 10.** Todas as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta do capital social da Companhia, exceto se uirum maior for exigido nos termos da lei, no Estatuto Social ou em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia. **Parágrafo Único.** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata, a qual será assinada pelos integrantes da mesa e pelos acionistas presentes, nos termos do Art. 130 da Lei nº 6.404/76. **Capítulo IV. Diretoria.** Artigo 11. A Companhia será administrada por um Diretor, na forma da lei e deste Estatuto Social. Diretor, sem designação específica, eleito pela Assembleia Geral e por ela destituível a qualquer tempo, com mandato de 02 (dois) anos, permita a reeleição. §1º. Ocorrendo vacância de cargo de Diretor, caberá à Assembleia Geral eleger o novo Diretor ou designar o substituto, fixando, em qualquer dos casos, o prazo da gestão. §2º. O Diretor tomará posse mediante a assinatura do respectivo termo de posse, lavrado em livro próprio, e permanecerá em seu cargo até a posse de seu sucessor. §3º. Compete ao Diretor exercer, individualmente, as atribuições que lhes forem atribuídas em reunião em Assembleia Geral, que poderá estabelecer denominação específica para o seu cargo. **Artigo 12.** O Diretor sempre que necessário. §1º. Instalar reunião e deliberar a qualquer tempo. §2º. Instalar reunião e deliberar registrando em livro próprio. **Artigo 13.** Compete ao Diretor exercer, individualmente, as atribuições que a lei, este Estatuto Social e a Assembleia Geral lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia. **Artigo 14.** Compete ao Diretor da Companhia: i) representar a Companhia, ativa e passivamente; ii) zelar pela observância da lei, do Estatuto Social da Companhia e de eventuais Acordos de Acionistas arquivados na Companhia; iii) zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembleias; iv) administrar, gerir e superintender os negócios da Companhia; v) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar necessárias e úteis; vi) elaborar o relatório anual da administração; vii) abrir e encerrar filiais da Companhia. **Artigo 15.** A representação da Companhia dar-se-á sempre por meio da assinatura de: (i) do Diretor, isoladamente; ou, ainda, (ii) de 1(um) procurador nomeado, na forma dos parágrafos deste artigo. §1º. Os seguintes atos do administrador, nomeado diretor, somente poderão ser praticados mediante prévia aprovação dos acionistas detentores de no mínimo 70% (setenta por cento) do capital social: a) A concessão de empréstimos a terceiros, a acionistas e empregados; b) A constituição de procuradores "ad judicata" para o preparo ou a proposição de qualquer ação judicial em nome da sociedade; e) A abertura e o encerramento de contas bancárias, bem como a mudança de assinaturas autorizadas a movimentá-las. §2º. Os seguintes atos são privativos dos acionistas, e somente poderão ser praticados por acionistas detentores de no mínimo 90% (noventa por cento) do capital social: a) A celebração de qualquer acordo que envolva a venda, cessão ou operação da totalidade ou parte relevante dos negócios da Companhia; b) A outorga a quaisquer terceiros de direitos ou opções para adquirir ou deter qualquer ação ordinária do capital social; c) O aumento do capital social; d) A deliberação sobre falência ou concordata da Companhia; e) A constituição de hipoteca, alienação e criação de quaisquer ônus em relação aos ativos da Companhia; f) A assunção pela sociedade de empréstimos bancários e obrigações de longo prazo, assim consideradas aquelas que excedem 12 (doze) meses. §3º. A outorga de procurações pela Companhia deverá ser obrigatoriamente assinada pelos Diretores, sempre que possível atribuindo poderes específicos, devendo possuir um prazo máximo de validade de 1 (um) ano, com exceção das procurações (i) com poderes ad judicata, e (ii) com poderes para representação perante órgãos públicos federais, estaduais e municipais, incluindo, sem limitação, a Secretaria da Receita Federal, SECEX, DECEX, Secretarias da Fazenda Estaduais e Municipais, Prefeituras, que poderão possuir prazo de validade indeterminado. **Capítulo VI. Conselho Fiscal.** Artigo 16. O Conselho Fiscal somente será instalado a pedido dos acionistas e possui as competências, responsabilidades e deveres definidos em lei. **Parágrafo Único.** O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por três membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. **Capítulo VII. Exercício Social, Balanço e Resultados.** Artigo 17. O exercício social terá inicio no primeiro dia do mês de janeiro e término no último dia do mês de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras da Companhia. **Artigo 18.** A Companhia poderá levantar balanços semestrais e declarar, por deliberação da Diretoria, dividendos à conta de lucros apurados ou reservas de lucros existentes nesses balanços. §1º. Por deliberação da Diretoria poderão também ser declarados e distribuídos dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o Art. 182, §1º, da Lei nº 9.249/95, alterada pela Lei nº 9.430/96. §2º. Os dividendos intercalares ou intermediários e os juros sobre o capital próprio deverão sempre ser creditados e considerados como anticípacao do dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 19.** Do lucro líquido da cada exercício social, destinar-se-á: (a) 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social ou o limite previsto no Art. 193, §1º, da Lei nº 6.404/76; (b) a quantia necessária para enfrentar contingências, conforme seja necessário em tempos em tempos, para a reserva de contingências; e (c) do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução que trata as letras "a" e "b" deste Artigo e ajustado na forma do Art. 202 da Lei nº 6.404/76, parcela não inferior a 25% para pagamento do dividendo obrigatório a todos os acionistas. **Parágrafo Único.** O saldo remanescente dos lucros, se houver, terá a destinação que a Assembleia Geral determinar. **Capítulo VIII. Direito de Preferência.** Artigo 20. Caso qualquer acionista deseje alienar, gravar, onerar, transferir, ou realizar qualquer outra operação que resulte na transferência de titularidade ("Alienação"), de parte ou totalidade, das ações de emissão da Companhia a um terceiro, o acionista ofertante ("Acionista Ofertante") deverá notificar por escrito os demais acionistas ("Notificação de Alienação"), com cópia para a Diretoria da Companhia, sobre a Alienação pretendida, informando: (i) número, espécie e classe das Ações Ofertadas e percentual que representa em relação ao total do capital social da Companhia; (ii) termos, preço e demais condições da oferta, inclusive de pagamento ("Proposta"); (iii) qualificação completa do terceiro proponente, sua principal atividade e, se for pessoa jurídica, a composição de seu capital social, indicando os acionistas ou sócios que sejam titulares do controle do terceiro interessado; (iv) cópia da proposta feita pelo terceiro interessado. §1º. No prazo de 30 (trinta) dias contados a partir do recebimento da Notificação de Alienação prevista no Art. 20 acima, os demais acionistas deverão enviar notificação ao Acionista Ofertante, indicando se desejam ou não exercer o direito de preferência sobre a totalidade das ações do Acionista Ofertante ("Direito de Preferência"), nos mesmos termos e condições previstos na Proposta ("Notificação Direito de Preferência"). Para fins de esclarecimento, a intempestividade no envio da Notificação Direito de Preferência será entendida como renúncia ao Direito de Preferência. §2º. Na hipótese de mais de um acionista enviar tempestivamente a Notificação Direito de Preferência exercendo o Direito de Preferência, as ações de titularidade do Acionista Ofertante deverão ser alocadas entre os referidos acionistas na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia. §3º. Caso nenhum dos acionistas exerça o Direito de Preferência, o Acionista Ofertante poderá realizar a Alienação de suas ações ao terceiro proponente, desde que a referida Alienação seja efetivada em até 90 (noventa) dias contados a partir do recebimento pelo Acionista Ofertante da Notificação Direito de Preferência. Na hipótese de a Alienação não ser efetivada no prazo previsto neste §3º, o procedimento de Direito de Preferência previsto neste Artigo 20 deverá ser reiniciado. **Capítulo IX. Direito de Obrigar a Venda Conjunta - Drag Along.** Artigo 21. Caso o acionista controlador da Companhia deseje realizar uma Alienação da totalidade das ações que compõe o bloco de controle a terceiro, o acionista controlador da Companhia poderá exigir que os demais acionistas da Companhia realizem a Alienação, em conjunto com o acionista controlador, da totalidade das ações de emissão da Companhia que forem titulares, nos mesmos termos e condições de pagamento oferecidos pelo terceiro proponente ("Drag Along"). §1º. Para fins de esclarecimento, "acionista controlador" significa o acionista, pessoa natural ou pessoa jurídica, ou o grupo de acionistas vinculado por acordo de voto que seja titular do conjunto de ações ordinárias de emissão da Companhia. §2º. Para o exercício do Drag Along, o acionista controlador deverá notificar por escrito os demais acionistas ("Notificação de Alienação"), com cópia para a Diretoria da Companhia, sobre o exercício do direito de Drag Along pretendido, bem como os termos, preço e demais condições da oferta, inclusive de pagamento da proposta feita pelo terceiro. Para fins de esclarecimento, o direito de Drag Along prevalecerá frente ao direito de preferência previsto no Artigo 20. §3º. A efetivação do Drag Along deverá ocorrer em até 90 (noventa) dias do exercício do Drag Along, mediante o pagamento nos termos da proposta feita ao acionista controlador, bem como a averbação dos registros nos livros societários da Companhia. **Capítulo X. Liquidação, Dissolução e Extinção.** Artigo 22. A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral. §1º. O modo de liquidação será determinado em Assembleia Geral, que elegerá também o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação. §2º. A Assembleia Geral nomeará o liquidante, fixará os seus honorários e estabelecerá as diretrizes para o seu funcionamento.

PUBLICAÇÕES LEGAIS • 13
Edição Digital • Ano 5 • São Paulo, 10 de abril de 2025

Hidrovias do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 12.648.327/0001-53 – NIRE 35.300.383.982 – Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de fevereiro de 2025

1. Data, Horário e Local: No dia 28 de fevereiro de 2025, às 18 horas, por videoconferência, nos termos do artigo 23, parágrafo 5º, do Estatuto Social da Companhia, confirmada a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia: Marcos Marinho Lutz, Roberto Lucio Cerdeira Filho, Rodrigo de Almeida Pizzinatto, Marina Gu

3P Brasil – Consultoria e Projetos de Estruturação de Parcerias Público-Privadas e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 01.259.348/0001-60 - NIRE 35300568141

Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2024

1. Data, hora e local: Aos 27 dias do mês de dezembro de 2024, às 14 horas, na sede da Companhia, localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, Setor C, Torre Tarumá, 6º Andar, Salas 612 e 613, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, São Paulo – SP. **2. Presença:** A totalidade dos acionistas da companhia, abaixo subscritos. **3. Convocação:** Dispensada convocação prévia nos termos do art. 124, § 4º, da Lei nº. 6.404/76. **4. Mesa:** Presidente, Bruna Boner Léo Silva, e Secretário, Paulo César Lopes Zeredo. **5. Deliberações:** Por unanimidade de votos dos presentes, foi tomada a seguinte deliberação: **i)** Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária na forma de sumário, nos termos do art. 130, § 1º, da Lei nº. 6.404/76; **ii)** Tomar conhecimento e anuir com renúncia do Sr. **Waldemar Ferreira Magalhães**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade nº. 1.514.124 SSP/DF e do CPF/ME nº. 531.441.397-34, residente e domiciliado na Avenida Lucio Costa, nº 03150, Bloco 1, Apartamento 822, Barra da Tijuca, CEP 22630-010, Rio de Janeiro – RJ, no cargo de Diretor da Companhia, conforme carta por ele encaminhada que passa a fazer parte integrante da presente ata sob a forma de **Anexo I**. O Diretor ora renunciante e a Companhia outorgam-se, mutuas e reciprocamente, a mais ampla, plena, geral, rasa e irrevogável e irretratável quitação aos valores a ele eventualmente devidos, para nada mais reclamarem um do outro seja a título for, no presente ou no futuro **iii)** Eleger para o cargo de Diretora Presidente da Companhia, a Sra. **Bruna Boner Léo Silva**, brasileira, casada sob o regime de separação de bens, bacharel em direito, portadora da Carteira de Identidade nº. 54.732.021-8 SSP/SP e do CPF/ME nº. 003.064.121-79, residente e domiciliada na Rua Batataes, nº 586, Apartamento 161, Jardim Paulista, CEP 01423-010, São Paulo – SP, sendo o respectivo termo de posse, **Anexo II**, lavrado no livro próprio na presente data. A referida Diretora, presente a esta Reunião, declara, sob as penas da lei, que não está impedida, por lei especial, de exercer a administração da companhia e nem condenada ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou em livro próprio a presente ata que depois de lida, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **i)** Certifica-se que a presente ata confere com a original lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. São Paulo – SP, 27 de dezembro de 2024 Mesa: **Bruna Boner Léo Silva**, Presidente; **Paulo César Lopes Zeredo**, Secretário. Acionistas: **Gallaxia S.A.**, Bruna Boner Léo Silva, **FR Empreendimentos e Participações Eireli**, Fernando Antônio Fontes Rodrigues. JUCESP nº 4.352/25-7 em 10/01/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Nome, Sede, Objeto e Duração. **Artigo 1.** A 3P Brasil – Consultoria e Projetos de Estruturação de Parcerias Público-Privadas e Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2.** A Companhia tem sede e fuso na Cidade e Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, Setor C, Torre Tarumá, 6º Andar, Salas 612 e 613, Vila Gertrudes, CEP 04794-000. § 1º. A Diretoria da Companhia, mediante deliberação, poderá criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior; § 2º. A Companhia possui as seguintes filiais: (a) Filial 01 – no Setor Comercial Norte – SCN, Quadra 05, Bloco A, nº 50, Sala 716, Parte A, Ed. Brasília Shopping Shopping and Towers, Asa Norte, CEP 70715-900, Brasília – DF, sob o NIRE 5392001576-3 e inscrita no CNPJ/ME sob o nº 01.259.348/0003-22; (b) Filial 02 – na Avenida Rio Negro, nº 520, Conjunto Vieira Sales, Terreiro, Bairro Nossa Senhora das Graças, CEP 69053-120, Manaus – AM, sob o NIRE 1392001187-1 e inscrita no CNPJ/ME sob o nº 01.259.348/0004-03; (c) Filial 03 – na Avenida Lauro Sodré, nº 1865, CXPST E.V. 45, Pedrinhas, CEP 76801-501, Portão Velho – RO, sob o NIRE 11900255292 e inscrita no CNPJ/ME sob o nº 01.259.348/0005-94; e (d) Filial 04 – na Travessa Francisco de Leonardo Truda, nº 98, Salas 51, 5º Andar, Centro Histórico, CEP 90010-050, Porto Alegre – RS, sob o NIRE 43920064987 e inscrita no CNPJ/ME sob o nº 01.259.348/0006-75. **Artigo 3.** A Companhia tem por objeto social: a prestação de serviços de consultoria em supervisão, orientação e gestão do atendimento ao público em geral; prestação de serviços de informática e consultoria em tecnologia da informação; suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; desenvolvimento de programas de computador; participação no capital social de outras empresas nacionais e estrangeiras, na condição de acionista, sócia ou quotista, como controladora ou minoritária; aquisição, transferência e administração de bens móveis, bens imóveis e direitos que integram ou passem a integrar o patrimônio da Companhia; licenciamento de programas licenças de computador (software); serviços relacionados a sociedades de fomento mercantil – factoring a participação em consórcios ou outras sociedades, simples ou empresárias, como sócia, acionista ou quotista, ainda, representar sociedades nacionais ou estrangeiras; a locação de serviços de mão-de-obra temporária; impressão de material de segurança; serviços de microfilmagem; fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente, fabricação de letres, letreros e placas de qualquer material, exceto luminosos, fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial e específicos, não especificados anteriormente, peças e acessórios, e o desempenho de quaisquer outras atividades, direta ou indiretamente, relacionadas ou complementares às acima descritas. **Artigo 4.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II. Capital Social e Ações.** **Artigo 5.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, R\$21.280.155,00 (vinte e um milhões, duzentos e oitenta mil, duzentos e oitenta mil e cento e cinquenta e cinco reais) dividido em 21.280.155 (vinte e uma milhões, duzentas e oitenta mil e cento e cinquenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. § 1º. Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada adoção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junto a instituição financeira aprovada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o art. 35, § 3º, da Lei nº. 6.404/76. § 2º. Cada ação ordinária representativa do capital social conferirá a seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Artigo 6.** A não realização, pelo subscritor, do valor subscrito nas condições previstas no boletim ou na chamada fará com que o subscritor fique, de pleno direito, constituído em mora, para fins dos Arts. 106 e 107 da Lei nº. 6.404/76, sujeitando-se ao pagamento do valor em atraso corrigido monetariamente de acordo com a variação do IGP-M/FGV ou índice que venha a substituí-lo na menor periodicidade legalmente admitida, além de juros de 12% (doze por cento) ao ano, calculado *pro rata temporis*, e multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor da prestação em atraso, devidamente atualizada. **Capítulo III. Das Assembleias Gerais.** **Artigo 7.** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas no Art. 132 da Lei nº. 6.404/1976, e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia assim o exigirem. § 1º. A Assembleia Geral Extraordinária poderá ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única. § 2º. A Assembleia Geral será convocada por qualquer diretor ou, ainda, nas hipóteses previstas neste Estatuto Social e no parágrafo único do Art. 123 da Lei nº. 6.404/1976. § 3º. A Assembleia Geral será presidida por acionista eleito dentre os presentes. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-la. § 4º. Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatário nomeado na forma do Art. 126, § 1º, da Lei nº. 6.404/76. **Artigo 8.** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas no Art. 132, da Lei nº. 6.404/1976, e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia assim o exigirem. **Artigo 9.** As seguintes matérias também deverão ser deliberadas pelos acionistas em sede de Assembleia Geral: (i) Qualquer alteração do Estatuto Social da Companhia; (ii) Designação e destituição de administradores; (iii) Alteração do capital social da Companhia; (iv) Alteração da política de dividendos da Companhia; (v) Aprovação do plano de negócios, orçamento anual da Companhia e eventuais alterações; (vi) Alianças estratégicas, joint-ventures, parcerias, participação em consórcios, associações, fusões, cisões, transformações, incorporações, aquisições e investimentos envolvendo a Companhia, de forma direta ou indireta, ou qualquer forma de reorganização societária; (vii) Qualquer alienação, e toda e qualquer operação destinada à alienação, sob qualquer forma, de qualquer participação societária de titularidade da Companhia, independentemente do valor envolvido; (ix) Qualquer operação ou contrato entre a Companhia, de um lado, e (a) qualquer dos acionistas, seu cônjuge ou parentes até quarto grau, e/ou (b) sociedade sob o controle de qualquer das pessoas referidas na letra (a) acima, de outro lado; (x) Confissão de falência ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial; (xi) Dissolução, liquidação, cessação da operação de seu estabelecimento, liquidação e extinção da Companhia; (xii) Concessão de avanços, fianças ou outras garantias em relação a obrigações de terceiros, ou de qualquer sócio, administrador ou empregado da Companhia, em qualquer valor; e (xiii) Renúncia a qualquer direito ou qualquer ato de liberalidade. **Artigo 10.** Todas as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta do capital social da Companhia, exceto se exigido para os casos de: (i) a instalação de um novo diretor ou substituto, fixando, em qualquer dos casos, o prazo da gestão; § 2º. O Diretor tomará posse mediante a assinatura do respectivo termo de posse, lavrado em livro próprio, e permanecerá em seu cargo até a posse do seu sucessor. § 3º. Compete ao Diretor exercer, individualmente, as atribuições que lhe forem atribuídas em reunião da Assembleia Geral, que poderá estabelecer denominação específica para o seu cargo. **Artigo 12.** O Diretor sempre que necessário, § 1º. Instalar reunião e deliberar a qualquer tempo. § 2º. Instalar reunião e deliberar registrando em livro próprio. **Artigo 13.** Compete ao Diretor exercer, individualmente, as atribuições que lhe forem atribuídas em reunião da Assembleia Geral que conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia. **Artigo 14.** Compete ao Diretor da Companhia: (i) representar a Companhia, ativa e passivamente; (ii) zelar pela observância da lei, do Estatuto Social da Companhia e de eventuais Acordo de Acionistas arquivados na Companhia; (iii) zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembleias; (iv) administrar, gerir e superintender os negócios da Companhia; (v) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar necessários e úteis; (vi) elaborar o relatório anual da administração; (vii) abrir e encerrar filiais da Companhia. **Artigo 15.** A representação da Companhia dar-se-á sempre por meio da assinatura de: (i) do Diretor, isoladamente; ou, ainda, (ii) de (um) procurador dos acionistas detentores de no mínimo 70% (setenta por cento) do capital social; a) A concessão de empréstimos a terceiros, a acionistas e empregados; b) A constituição de procuradores "ad judicis" para o preparo ou a propositura de qualquer ação judicial em nome da sociedade; e) A abertura e o encerramento de contas bancárias, bem como a mudança de assinaturas autorizadas a movimentá-las. § 2º. Os seguintes atos são privativos dos acionistas, e somente poderão ser praticados por acionistas detentores de no mínimo 90% (noventa por cento) do capital social: a) A celebração de qualquer acordo que envolva a venda, cessão ou oneração da totalidade ou parte relevante dos negócios da Companhia; b) A outorga a quaisquer terceiros de direitos ou opções para adquirir ou deter qualquer ação ordinária do capital social; c) O aumento do capital social; d) A deliberação sobre falência ou concordata da Companhia; e) A constituição de hipoteca, alienação e criação de quaisquer ônus em relação aos ativos da Companhia; f) A assunção pela sociedade de empréstimos bancários e obrigações de longo prazo, assim consideradas aquelas que excedam 12 (doze) meses. § 3º. A outorga de procurações pela Companhia deverá ser obrigatoriamente assinada pelos Diretores, sempre que possível atribuindo poderes específicos, devendo possuir um prazo máximo de validade de 1 (um) ano, com exceção das procurações (i) com poderes ad judicis, e (ii) com poderes para representação perante órgãos públicos federais, estaduais e municipais, incluindo, sem limitação, a Secretaria da Receita Federal, SECEX, DECEX, Secretarias da Fazenda Estaduais e Municipais, Prefeituras, que poderão possuir prazo de validade indeterminado. **Capítulo VI. Conselho Fiscal.** **Artigo 16.** O Conselho Fiscal somente será instalado a pedido dos acionistas e possui as competências, responsabilidades e deveres definidos em lei. **Parágrafo Único.** O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por três membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. **Capítulo VII. Exercício Social, Balanço e Resultados.** **Artigo 17.** O exercício social terá início no primeiro dia do mês de janeiro e término no último dia do mês de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras da Companhia. **Artigo 18.** A Companhia poderá leverar balancos semestrais e declarar, por deliberação da Diretoria, dividendo à conta de lucros apurados ou reservas de lucros existentes nesses balancos. § 1º. Por deliberação da Diretoria poderão também ser declarados e distribuídos dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital que trata o Art. 182, § 1º, da Lei nº. 6.404/76. § 2º. A Diretoria poderá determinar o montante a ser pago ou creditado aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio, de acordo com o Art. 9º da Lei nº. 9.249/95, alterada pela Lei nº. 9.430/96. § 3º. Os dividendos intercalares ou intermediários e os juros sobre o capital próprio deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 19.** Do lucro líquido de cada exercício social, destinar-se-á: (a) 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social ou o limite previsto no Art. 193, § 1º, da Lei nº. 6.404/76; (b) a quantia necessária para enfrentar contingências, conforme seja necessário de tempos em tempos, para a reserva de contingências; e (c) do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução que trata as letras "a" e "b" desse Artigo e ajustado na forma do Art. 202 da Lei nº. 6.404/76, parcela não inferior a 25% para pagamento do dividendo obrigatório a todos os acionistas. **Parágrafo Único.** O saldo remanescente dos lucros, se houver, terá a destinação que a Assembleia Geral determinar. **Capítulo VIII. Direito de Preferência.** **Artigo 20.** Caso qualquer acionista deseje alienar, gravar, onerar, transferir, ou realizar qualquer outra operação que resulte na transferência de titularidade ("Alienação"), de parte ou totalidade, das ações de emissão da Companhia a um terceiro, o acionista ofertante ("Acionista Ofertante") deverá notificar por escrito os demais acionistas ("Notificação de Alienação"), com cópia para a Diretoria da Companhia, sobre a Alienação pretendida, informando: (i) número, espécie e classe das Ações; Ofertadas e percentual que representa em relação ao total do capital social da Companhia; (ii) termos, preço e demais condições da oferta, inclusive de pagamento ("Proposta"); (iii) qualificação completa do terceiro proponente, seu principal atividade e, se for pessoa jurídica, a composição de seu capital social, indicando os acionistas ou sócios que sejam titulares do controle do terceiro interessado; (iv) cópia da proposta feita pelo terceiro interessado. § 1º. No prazo de 30 (trinta) dias contados a partir do recebimento da Notificação de Alienação prevista no Artigo 20 acima, os demais acionistas deverão enviar notificação ao Acionista Ofertante, indicando se desejam ou não exercer o direito de preferência sobre a totalidade das ações do Acionista Ofertante ("Direito de Preferência"), nos mesmos termos e condições previstos na Proposta ("Notificação de Direito de Preferência"). Para fins de esclarecimento, a impessoalidade no envio da Notificação Direito de Preferência será entendida como renúncia ao Direito de Preferência. § 2º. Na hipótese de mais de um acionista enviar tempestivamente a Notificação Direito de Preferência exercendo o Direito de Preferência, as ações de titularidade do Acionista Ofertante deverão ser alocadas entre os referidos acionistas na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia. § 3º. Caso nenhum dos acionistas exerça o Direito de Preferência, o Acionista Ofertante poderá realizar a Alienação de suas ações ao terceiro proponente, desde que a referida Alienação seja efetivada em até 90 (noventa) dias contados a partir do recebimento pelo Acionista Ofertante da Notificação Direito de Preferência. Na hipótese de a Alienação não ser efetivada no prazo previsto neste §3º, o procedimento de Direito de Preferência previsto neste Artigo 20 deverá ser reiniciado. **Capítulo IX. Direito de Obrigar a Venda Conjunta - Drag Along.** **Artigo 21.** Caso o acionista controlador da Companhia deseje realizar uma Alienação da totalidade das ações que compõem o bloco de controle a terceiro, o acionista controlador da Companhia poderá exigir que os demais acionistas da Companhia realizem a Alienação, em conjunto com o acionista controlador, da totalidade das ações de emissão da Companhia que forem titulares, nos mesmos termos e condições de pagamento oferecidos pelo terceiro proponente ("Drag Along"). § 1º. Para fins de esclarecimento, "acionista controlador" significa o acionista, pessoa natural ou pessoa jurídica, ou o grupo de acionistas vinculado por acordo de voto que seja titular do conjunto de ações ordinárias de emissão da Companhia que representem 50% (cinquenta por cento) do capital social da Companhia mais uma ação ordinária de emissão da Companhia. § 2º. Para o exercício do Drag Along, o acionista controlador deverá notificar por escrito os demais acionistas ("Notificação de Alienação"), com cópia para a Diretoria da Companhia, sobre o exercício do direito de Drag Along pretendido, bem como os termos, preço e demais condições da oferta, inclusive de pagamento da proposta feita pelo terceiro. Para fins de esclarecimento, o direito de Drag Along prevalecerá frente ao direito de preferência previsto no Artigo 20. § 3º. A efetivação do Drag Along deverá ocorrer em até 90 (noventa) dias do exercício do Drag Along, mediante o pagamento nos termos da proposta feita ao acionista controlador, bem como a averbação dos registros nos livros societários da Companhia. **Capítulo X. Liquidação, Dissolução e Extinção.** **Artigo 22.** A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral. § 1º. O modo de liquidação será determinado em Assembleia Geral, que elegerá também o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação. § 2º. A Assembleia Geral nomeará o liquidante, fixará os seus honorários e estabelecerá as diretrizes para o seu funcionamento.

PUBLICAÇÕES LEGAIS • 14

Edição Digital • Ano 5 • São Paulo, 10 de abril de 2025

Companhia Nitro Química Brasileira

CNPJ/MF nº 61.150.348/0001-50 - NIRE 35.300.054.547

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de abril de 2025

1. Data, hora e Local: Em 01 de abril de 2025, às 09 horas, na sede da Companhia Nitro Química Brasileira ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Dr. José Artur Nova, nº 951, CEP 08090-000. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação face à presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, conforme permitido pelo artigo 15, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia. **3. Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Lucas Santos Rodas; Secretário: Sr. Guilherme Vidal Andrade Gonçalves. **4. Deliberações:** Nos termos das alíneas "n2" e "n3", do artigo 17 do Estatuto Social da Companhia, pela unanimidade de seus membros e sem quaisquer ressalvas, o Conselho de Administração resolve: **4.1.** Recomendar à Assembleia Geral Extraordinária a aprovação da contratação, pela Companhia, de operações financeira na modalidade de emissão de Notas em Dólares dos Estados Unidos ("Floating Rate Note") junto ao Banco Santander S.A. Brasil, com recursos do Santander Luxembourg Branch, no montante de até R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), a ser negociado em Dólares dos Estados Unidos, cujas condições finais da negociação, prazo, juros e custos constarão dos documentos da Operação a serem arquivados na sede da Companhia. **4.2.</**

Brachiosaurus 512 Participações S.A.

"Em Constituição"

Ata Da Assembleia Geral de Constituição realizada em 21 de Outubro de 2024

Data, Hora e Local: Realizada no dia 21 do mês de outubro do ano de 2024, às 12 horas, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Imperatriz Leopoldina, nº 1248, sala 204, setor 20, Vila Leopoldina, CEP 05305-002, a totalidade de capital social inicial da **Brachiosaurus 512 Participações S.A.** ("Companhia"), a saber: (i) Psilon Holdings Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo Estado de São Paulo, na Avenida Imperatriz Leopoldina, 1248, sala 204, box 01, Vila Leopoldina, CEP 05305-002, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 53.403.139/0001-42, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 35262895098, em sessão de 08/01/2024, neste ato representada por sua Diretora Rachael de Oliveira Villa Nova Conceição, adiante qualificada; e (ii) Vyro Holdings Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo Estado de São Paulo, na Avenida Imperatriz Leopoldina, 1248, sala 204, box 02, Vila Leopoldina, CEP 05305-002, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 53.400.712/0001-64, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 35262893524, em sessão de 08/01/2024, neste ato representada por sua Diretora Rachael de Oliveira Villa Nova Conceição, brasileira, divorciada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 25.868.187-1 (SSP/SP), inscrita no CPF/ME sob o nº 255.747.418-57, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Butantã, nº 468, CEP 05424-000, conforme assinaturas apostas na Lista de Presença de Acionistas constante do Anexo III da presente ata, razão pela qual foi dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades Anônimas").

Mesa: Escolhida por unanimidade, assumiu a direção dos trabalhos o Sra. Rachel de Oliveira Villa Nova Conceição, como presidente da mesa, que optou por dirigir sozinha os trabalhos, sem necessidade de mesa composta, conforme faculta o artigo 128 da Lei das Sociedades Anônimas. **Ordem do Dia:** Deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: (1) a constituição da Companhia; (2) o capital social inicial da Companhia; (3) a redação do Estatuto Social da Companhia; (4) a eleição da Diretoria da Companhia; e (5) a remuneração dos Diretores da Companhia. **Deliberações:** Examinadas e debatidas as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia deliberaram, sem quaisquer restrições ou ressalvas, o quanto segue: 1. A aprovação da constituição da Companhia, declarando-se constituída a Companhia a partir desta data. 2. A aprovação do capital social inicial da Companhia, no montante de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), dividido em 400 (quatrocentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pelos acionistas neste ato e a serem integralizadas da seguinte forma: • 200 (duzentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são subscritas pela acionista Psilon Holdings S.A., acima qualificada, pelo preço de emissão de R\$ 200,00 (duzentos reais), sendo, neste ato, integralizados R\$ 20,00 (vinte) reais em moeda corrente nacional. O valor remanescente de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) serão integralizados no prazo de 36 (trinta e seis) meses, a contar desta data, nos termos do Boletim de Subscrição constante do Anexo II da presente ata; e • 200 (duzentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são subscritas pela acionista Vyro Holdings S.A., acima qualificada, pelo preço de emissão de R\$ 200,00 (duzentos reais), sendo, neste ato, integralizados R\$ 20,00 (vinte) reais em moeda corrente nacional. O valor remanescente de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) serão integralizados no prazo de 36 (trinta e seis) meses, a contar desta data, nos termos do Boletim de Subscrição constante do Anexo II da presente ata. 3. A aprovação da redação do Estatuto Social da Companhia, que integra a presente ata como Anexo I. 4. A eleição de um único membro para compor a Diretoria da Companhia, com mandato de 03 (três) anos contados da presente data, permitida a reeleição, a saber: **Beatriz de Jesus Trindade**, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG nº 46.964.913-6 SSP/SP, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº 302.213.628-51, com endereço na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço na Avenida Imperatriz Leopoldina, nº 1248, sala 204, Vila Leopoldina, São Paulo/SP, CEP 05305-002, para o cargo de Diretora sem designação específica. 4.1. A Diretora sem designação específica toma posse nesta data, mediante a assinatura do respectivo termo de posse, nos termos do Anexo IV a esta ata, a ser posteriormente lavrado no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria, com a assinatura da declaração de desimpedimento, para o exercício de suas funções, nos termos do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, segundo o qual declarou, sob as penas da lei, que não está impedido por lei de exercer a administração da Companhia e não está condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, à fé pública ou a propriedade. 5. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia Geral de Constituição da Companhia, da qual se lavrou a presente ata que, lida achada conforme foi por todos os presentes assinadas. São Paulo, 21 de outubro de 2024. **Rachael de Oliveira Villa Nova Conceição** - Presidente da Mesa; **Acionistas:** Psilon Holding Ltda. por Rachel de Oliveira Villa Nova Conceição; Vyro Holding Ltda. por Rachel de Oliveira Villa Nova Conceição. **Visto da Advogada:** Rachel de Oliveira Villa Nova Conceição - OAB/SP nº 363.776.

Estatuto Social Consolidado da Brachiosaurus 512 Participações S.A. Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto Social e Duração - Artigo 1º - A **Brachiosaurus 512 Participações S.A.** ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações"). **Artigo 2º** - A Companhia tem sede e fuso na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Imperatriz Leopoldina, nº 1248, sala 204, setor 20, Vila Leopoldina, CEP 05305-002, podendo abrir e manter filiais, escritórios, agências e/ou representações, em qualquer localidade do País ou do exterior, observadas as exigências legais e estatutárias pertinentes à matéria. **Artigo 3º** - O objeto social consiste na participação em outras sociedades, no Brasil ou no exterior. A atividade acima listada, está inserida no seguinte código CNAE (IBGE) 6462-0/0 Holdings de Instituições não financeiras. **Artigo 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social e Ações - Artigo 5º** - O capital social da Companhia, totalmente subscrito, em moeda corrente nacional, a ser integralizado em moeda corrente até 31 de dezembro de 2026, é de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), representado por 400 (quatrocentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo 1º** - Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 01 (um) voto nas Assembleias Gerais de Acionistas. **Parágrafo 2º** - A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro de Ações Nominais". **Parágrafo 3º** - As ações da Companhia poderão ser conversíveis de uma espécie em outra, desde que mediante aprovação dos acionistas, em Assembleia Geral, ser aumentado mediante a emissão de ações sem guardar proporção com as espécies e/ou classes de ações já existentes, ou possam vir a existir. **Parágrafo 5º** - Nenhuma transferência de ações terá validade ou eficácia perante a Companhia ou quaisquer terceiros, nem será reconhecida nos livros de registro e de transferência das ações, se levada a efeito em violação a qualquer eventual acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia. **Parágrafo 6º** - A Companhia é permitida a criação e emissão de partes beneficiárias. **Capítulo III - Assembleia Geral de Acionistas - Artigo 6º** - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, a cada ano, nos 04 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, quando os interesses sociais exigirem, mediante convocação na forma da lei. A Assembleia Geral será instalada e presidida por qualquer dos membros da Diretoria e, na sua ausência, por indicação dos acionistas presentes, cabendo ao presidente da Assembleia Geral escolher sozinha a Assembleia Geral, dispensando a necessidade de mesa composta, conforme autoriza o artigo 128 da Lei das Sociedades Anônimas, ou escolher secretário da mesa para auxiliá-lo, se entender pertinente. **Parágrafo 1º** - A Assembleia Geral ordinária ou extraordinária será convocada por qualquer dos membros da Diretoria, nos termos da lei, com no mínimo 08 (oito) dias de antecedência. Será dispensada a convocação se verificada a presença da totalidade dos acionistas na Assembleia Geral. Qualquer acionista que não puder participar pessoalmente, por qualquer motivo, de uma Assembleia Geral, poderá participar por teleconferência ou videoconferência ou equipamento de comunicação similar por meio do qual todas as pessoas participantes da Assembleia Geral possam ouvir umas às outras; e esta participação será considerada como presença pessoal, contanto que uma cópia assinada do voto dado por tal acionista seja enviada por e-mail aos demais acionistas, imediatamente após a Assembleia Geral e a sua respectiva via original entregue dentro de 5 (cinco) dias úteis após a Assembleia Geral, a fim de ser arquivada na sede da Companhia. **Parágrafo 2º** - Ressalvadas as exceções previstas em lei e salvo quando previsto outro quorum mínimo neste Estatuto Social ou em eventual acordo de acionistas, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos dos acionistas, não se computando votos em branco. **Parágrafo 3º** - Compete ao presidente e ao secretário da Assembleia Geral zelar pelo cumprimento de eventuais acordos de acionistas arquivado na sede da Companhia, negando cômputo a voto proferido com violação a tais acordos. **Capítulo IV - Administração da Companhia - Artigo 7º** - A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por 01 (um) ou mais diretores, sendo um Diretor Executivo e os demais a terem designações definidas pela Assembleia Geral, que poderão ser acionistas ou não, residentes ou não no Brasil, eleitos pela Assembleia Geral. **Parágrafo 1º** - Os Membros da Diretoria serão eleitos para um mandato de 03 (três) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo 2º** - Os membros da Diretoria não reeleitos permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura de seus substitutos, permanecendo com todos os poderes inerentes aos respectivos cargos. **Parágrafo 3º** - Em caso de ausência ou impedimento permanente de qualquer membro da Diretoria, caberá à Assembleia Geral a eleição do substituto. **Artigo 8º** - As reuniões da Diretoria ocorrerão sempre que necessário. Todas as reuniões da Diretoria serão convocadas por qualquer de seus membros, mediante aviso por escrito, contra protocolo, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, indicando a ordem do dia e o horário em que a reunião se realizará, preferencialmente na sede da Companhia. **Parágrafo 1º** - Será dispensada a convocação de que trata o caput deste artigo se estiverem presentes à reunião todos os membros em exercício da Diretoria. Os membros da Diretoria poderão participar e votar nas reuniões da Diretoria, ainda que não estejam fisicamente presentes nas mesmas, desde que a todos seja possibilitado participar das discussões por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro sistema eletrônico similar de comunicações por meio do qual todas as pessoas participantes da reunião possam ouvir umas às outras; e esta participação será considerada como presença pessoal. A respectiva ata deverá ser posteriormente assinada por todos os membros que participaram da reunião. **Parágrafo 2º** - As reuniões da Diretoria serão instaladas mediante o comparecimento da maioria de seus membros. A reunião da Diretoria será presidida por qualquer membro da Diretoria. Em caso de impasse para definir o presidente da reunião, caberá ao Diretor sem designação específica definir. **Parágrafo 3º** - As deliberações da Diretoria serão registradas em ata e lavradas em livro próprio, pelo secretário da reunião, indicado pelo presidente. **Parágrafo 4º** - As decisões das reuniões da Diretoria deverão ser tomadas pela unanimidade de votos dos Diretores. **Artigo 9º** - Compete à Diretoria a administração dos negócios da Companhia, assim como a representação da Companhia, observados os limites previstos em lei ou no presente Estatuto Social. **Artigo 10 -** A Companhia poderá vir a ser administrada e representada, ainda, por procuradores, conforme vier a ser estabelecido nos respectivos instrumentos de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que neles se convergem. **Parágrafo Único** - A Companhia deverá ser representada pelo Diretor sem designação específica, isoladamente, para outorga de qualquer procuração. Todas as procurações outorgadas pela Companhia deverão mencionar os poderes por ela conferidos, que poderão ser gerais ou específicos, assim como o prazo de duração do mandato, que poderá ser determinado ou indeterminado. **Artigo 11 -** A representação da Companhia, de forma ativa ou passiva, em juízo ou fira de direito, perante terceiros em geral e todas e quaisquer repartições e autoridades federais, estaduais ou municipais, será realizada (i) por qualquer dos Diretores, agindo isoladamente; ou (ii) por um único procurador da Companhia, agindo isoladamente, no limite dos poderes de seu mandato, observado o disposto nos parágrafos primeiro, segundo, terceiro e quarto abaixo, bem como no parágrafo primeiro do artigo 10 acima. **Parágrafo 1º** - A representação da Companhia perante quaisquer instituições bancárias e/ou financeiras, incluindo, sem limitação, bancos, fintechs e/ou corretoras de investimento, inclusive, sem limitação, com a finalidade de abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, administrar e movimentar aplicações financeiras, tomar empréstimos ou financiamentos e/ou realizar quaisquer outras operações de crédito, bem como com a finalidade de emitir, endossar, dar aceite e descontar cheques e títulos de crédito, apenas poderá ser realizada pela Diretora sem designação específica ou por procurador da Companhia, com poderes específicos p/ara tanto, que poderão agir isoladamente. **Parágrafo 2º** - A representação da Companhia em qualquer ato que importe em aquisição, alienação, arrendamento ou oneração de bens imóveis ou móveis do estoque ou do ativo da Companhia, apenas poderá ser realizada pelo Diretor Executivo ou por procurador da Companhia, com poderes específicos para tanto, que poderão agir isoladamente. **Parágrafo 3º** - A representação da Companhia em qualquer ato que importe em alienação, doação, cessão e/ou transferência de participação societária detida pela Companhia em quaisquer sociedades ou empresas, personificadas ou não, incluindo, sem limitação, sociedades em conta de participação e joint ventures, apenas poderá ser realizada pelo Diretor Executivo ou por procurador da Companhia, com poderes específicos para tanto, que poderão agir isoladamente. **Parágrafo 4º** - A prática de qualquer ato pelos administradores e/ou procuradores da Companhia que importem em aquisição, alienação, arrendamento ou oneração de bens imóveis pela Companhia dependerá da prévia e expressa aprovação de acionistas titulares de, pelo menos, 70% (setenta por cento) do capital social da Companhia, evidenciada por qualquer meio de comunicação escrito, inclusive, sem limitação, por e-mail. **Parágrafo 5º** - A Assembleia Geral poderá deliberar sobre outras formas de representação da Companhia, em casos específicos. **Artigo 12 -** A Companhia poderá prestar avisos, fianças, hipotecas e quaisquer outras garantias em favor de terceiros ou em benefício de seus acionistas e administradores, desde que assinada pela Diretora da Companhia. **Capítulo V - Conselho Fiscal - Artigo 13 -** O Conselho Fiscal, com as atribuições e poderes previstos na legislação vigente, funcionará em caráter não permanente e somente será instalado a pedido de acionistas, conforme o que facilita o artigo 161, da Lei das Sociedades por Ações. O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por, no mínimo, 03 (três) membros. A Assembleia Geral que eleger o Conselho Fiscal caberá fixar a respectiva remuneração de seus membros. **Capítulo VI - Exercício Social e Lucro - Artigo 14 -** O exercício social terá inicio em 12 de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social, proceder-se-á à elaboração da balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras exigidas por lei. **Parágrafo 1º** - Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. **Parágrafo 2º** - Os Acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo 3º** - O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável. **Parágrafo 4º** - A Companhia poderá, a qualquer tempo, levar balanços em períodos menores, em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, mediante a deliberação da Assembleia Geral, os quais, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, acima referido, observados os limites e procedimentos previstos na legislação aplicável. **Parágrafo 5º** - Observadas as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar a seus acionistas, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Capítulo VII - Liquidação - Artigo 15 -** A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente. **Capítulo VIII - Disposições Finais - Artigo 16 -** No cumprimento de todas as disposições contidas neste Estatuto Social deverão ser observados os termos e condições contidos em eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia. **Artigo 17 -** Toda e qualquer controvérsia oriunda deste Estatuto Social ou a ele relacionada, inclusive quanto ao seu cumprimento, interpretação, existência, validade, eficácia, rescisão e execução específica, envolvendo a Companhia, acionistas e Diretores, inclusive seus sucessores a qualquer título, será proposta e解决在 the forum da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. **Artigo 18 -** Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições legais vigentes. **Rachel de Oliveira Villa Nova Conceição** - Presidente da Mesa; **Visto da Advogada:** **Rachel de Oliveira Villa Nova Conceição** - OAB/SP nº 363.776. Jucesp sob o NIRE nº 3530065001-8 em 30/10/2024. Marina Centurion Dardani - Secretário Geral.

Ellan S/A

CNPJ – 04.345.304/0001-41 - NIRE – 35.300.436.784

Ata Da Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de Março de 2.025

Data - Hora e Local: - Aos 24(vinte e quatro) dias do mês de março de 2025, às 15 horas, na sede social, situada na Rodovia SP 115/280, (Boituva/ípero) Acesso José Sartorelli, Km 3,2 no Município de Boituva-SP. **Composição da Mesa** - Stefan Roberto Stegmann, Presidente; Marcelo Lopes Cardoso, Secretário. **Convocação** - O Edital de convocação da Assembleia Geral Ordinária foi publicado nos dias 14, 15 e 18 de março de 2025, na versão impressa e digital. **Ordem do Dia - a)** Examinar e votar as demonstrações financeiras relativas ao Exercício do ano de 2.024, b) aprovar o balanço anual. **Deliberações** - Apresentada a ordem do dia, foi efetuada a leitura do relatório da Diretoria, da Balanço Patrimonial publicado no dia 24 de março de 2025 no jornal Data Mercantil, página 06, nas versões digital e impresso. Em seguida a Assembleia discutiu, examinou e aprovou por unanimidade as contas do exercício financeiro de 2024 e as demonstrações financeiras. Deliberou ainda, que o resultado líquido remanescente deverá ser contabilizado em conta de Reserva de Lucros a Realizar. **Encerramento** - Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, procedendo à lavratura da ata da reunião, da qual lida e aprovada, foi assinada por todos: Presidente da mesa, Stefan Roberto Stegmann; Secretário Marcelo Lopes Cardoso; Acionistas: Stefan Roberto Stegmann, José Roberto Cinto; Marcelo Lopes Cardoso. A presente Ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. **Stefan Roberto Stegmann** - Presidente-Acionista; **Marcelo Lopes Cardoso** - Secretário-Acionista. **Jose Roberto Cinto** - Diretor Comercial-Acionista. Jucesp nº 128.432/25-1 em 07/04/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral.

ITOCHU Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 61.274.155/0001-00 - NIRE 35.300.014.723

Ata Da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de fevereiro de 2025

Data e Local: Em 26 de fevereiro de 2025, às 10:00 horas, em sua sede social, na Avenida Paulista, nº 37 – 19º andar, na Capital do Estado de São Paulo. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do Capital Social, conforme se verificou pelas assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas, dispensada a publicação de Editais de Convocação, conforme disposto no artigo 124, § 4º, da Lei 6.40

In Press Participações S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2024 E 2023 (Valores expressos milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)									
Ativo	BALANÇOS PATRIMONIAIS		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
	2024	2023	2024	2023					
Ativo circulante			(-) Despesas		Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Caixa e equivalente de caixa			Despesas com pessoal	(41.505) (489.529)	Lucro do Exercício 23.666.395				
Banco conta movimento	7.287	504.712	Despesas administrativas	(680.928) (1.129.241)	(-) Pagamento de cotistas (16.700.000)				
Total do disponível	7.287	504.712	Despesas tributárias	– (5.861)	(+) Provisão para perda de investimentos 389.339				
Total do ativo circulante	7.287	504.712	Total das despesas	(722.433) (1.624.630)	(+/-) Provisão custos/despensas (39.739)				
Créditos			(-) Result. (antes rec/desp. financeiras)	(722.433) (1.624.630)	(+/-) Equivalência Patrimonial (24.392.569)				
Clientes	364	364	Despesas financeiras	(5.429) (1.812)	Resultado Ajustado (17.076.573)				
Impostos a recuperar	376	1	Receitas financeiras	1.689 8	(-/-) Aum/Redução de Impostos a Recuperar / Compensar (376)				
Despesas antecipadas	–	17.290	Resultado com equivalência patrimonial	24.392.563 16.646.003	(-/-) Aum/Redução de Despesas Antecipadas 17.290				
Total do créditos	740	17.654	Total das despesas/receitas financeiras	24.388.828 16.644.199	(+/-) Aum/Redução de Fornecedores/Contas a Pagar (201.487)				
Total do circulante	8.027	522.365	(-) Lucro (antes IRPJ/CSLL)	23.666.396 15.019.569	(+/-) Aum/Redução de Outras Obrigações Fiscais (2.278)				
Ativo não circulante			(-) Lucro	23.666.396 15.019.569	(186.851)				
Realizável a longo prazo			(-) CSLL sobre o Lucro Líquido	–	(-) Fluxo de Caixa Operacional (17.263.424)				
Investimentos			(-) Provisão para o IRPJ	–	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos				
Participações societárias			Lucro/Prejuízo do Exercício	23.666.396 15.019.569	Fluxo de Caixa Investimentos 16.766.000				
In Press Assess. de Imprensa e Prop. Ltda.	11.652.112	13.136.252			Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
New Ideas Comunicação Ltda.	23.616.646	24.848.508			Fluxo de Caixa Financiamentos –				
Vbrand Estratégia em Vídeos Ltda.	1	1			Aumento Líquido nas Disponibilidades (497.424)				
Fleishman Hillard Brasil Comunicação Ltda	2.648.880	515.293			Saldo de Caixa + Equivalentes de Caixa 504.712				
Critical Mass Comunicação Digital Ltda.	10.796.403	6.815.244			Saldo de Caixa + Equivalentes de Caixa 7.287				
The Buzz Now Entreten. e Comun Ltda.	5.494.586	2.257.262			Variação de Caixa (497.424)				
Dialog Desenvolv. e Licenc. de Software	1	1							
	54.208.630	47.572.561							
Intangível									
Total do ativo não circulante	54.208.630	47.572.561							
Total do ativo	54.216.656	48.094.927							
Passivo									
Passivo circulante									
Fornecedores a pagar	1.656	203.143							
Impostos, taxas e contrib. a pagar	182	2.460							
Provisões	–	39.739							
Total do passivo circulante	1.838	245.342							
Passivo não circulante									
Exigível a longo prazo									
Provisão para perda com investimento	1.081.254	1.682.415							
Total exigível a longo prazo	1.081.254	1.682.415							
Total do passivo não circulante	1.081.254	1.682.415							
Patrimônio líquido									
Capital social realizado	3.013.000	3.013.000							
Reserva legal	602.600	602.600							
Lucros acumulados	49.517.966	42.551.570							
Total do patrimônio líquido	53.133.566	46.167.170							
Total do passivo	54.216.656	48.094.927							
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS									
1. Informações Gerais: A In Press Participações S.A., é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede em São Paulo. Tem como objeto social a participação em outras sociedades como sócia cotista ou acionista. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria e liberadas para divulgação.									
2. Base de Apresentação e Preparação das Demonstrações: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais abrangem a Legislação Societária, e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas pela companhia na preparação dessas demonstrações financeiras que seguem a Resolução do CFC nº 1.255/2009, para Pequenas e Médias Empresas, estão apresentadas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposições em contrário. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício e julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da companhia.									
2.1 Caixa e equivalentes de caixa. Correspondem a valores de depósitos bancários de livre movimentação que podem ser sacados a qualquer momento com riscos insignificantes de alteração de valor.									
2.2 Investimentos. Participação societária em diversas empresas como controladora ou coligada, mantendo significativa influência sobre a administração das investidas. Os investimentos foram contabilizados inicialmente pelo seu valor de custo na data da aquisição, e ajustados mensalmente pelo método de equivalência patrimonial (MEP), incluído assim no resultado da empresa a parte que lhe cabe nos resultados das									
2.3 Fornecedores / Contas a Pagar. Consistem em obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes com pagamentos em até 12 meses do final do exercício. Na prática, são reconhecidas pelo valor da fatura correspondente, não havendo significativo resultado se avaliado ao valor presente. Sendo assim não há ajustes sobre os valores recebíveis apontados no Balanço Patrimonial, apresentados a valor histórico.									
2.4 Capital Social. O capital social da empresa é de R\$ 3.013.000,00 (Três milhões e treze mil reais), com 3.013.000 ações de R\$ 1,00 cada, divididas da seguinte forma, conforme Estatuto Social da empresa:									
Sócio	Nº Ações		%		Total				
Cristina Moretti	1.355.850		45%		1.355.850,00				
Das Brasil Investimentos Ltda.	1.205.200		40%		1.205.200,00				
Hugo de Vasconcelos Godinho	225.975		7,5%		225.975,00				
Nina de Vasconcelos Godinho Goldberg	225.975		7,5%		225.975,00				
Total					3.013.000,00				
2.5 Lucros Acumulados. A empresa através de Assembleia Geral Ordinária irá propor a destinação do lucro líquido apurado em cada									
periodo com observância no Estatuto Social da companhia e na Lei das S.A.s. A distribuição dos lucros após as constituições de reservas legais, deverá ser realizada proporcionalmente à participação societária dos sócios no capital social da empresa. De acordo com estatutos de acionistas, a distribuição de lucros deve ser feita com bases trimestrais, conforme relatórios financeiros atualizados, desde que resguardados os requisitos do "Working Capital" determinado em aprovação orçamentária anual. Ao longo do exercício de 2024 foram distribuídos saldos dos lucros acumulados de 2021, num valor total de R\$ 16.700.000,00 (Dezesseis milhões e setecentos mil reais), ficando a conta de "Lucros Acumulados" com a seguinte composição:									
Composição saldo de lucros a distribuir em 31/12/2024									
Saldo de lucros até 2023 42.551.570									
Lucros do exercício de 2024 23.666.395									
(-) Lucros distribuídos em 2023 (16.700.000)									
Saldo final de lucros em 2024 49.517.965									
2.6 Reserva Legal Reserva Legal. Foi constituída em 2014, Reserva Legal de 5% sobre os lucros conforme prevê a Lei 6.404/76, e complementada em 2015.									
2.7 Demonstração de Resultado. O reconhecimento das receitas através do Método de Equivalência Patrimonial, e das despesas da empresa é realizado mensalmente pelo regime de competência cfe. a Resolução do CFC nº 1.255/2009, semelhante ao CPC 26. Abaixo demonstrativo das receitas com participação societária auferidas no exercício:									
Resultado									
Investimento no período 2024									
Investida Atividade Data do Invest. % Em Reais									
In Press Assess. Impr. e Mun. Est. Ltda. Assess.de imprensa 16/11/09 99,99 11.652.112,18									
New Ideas Comunicação Ltda. Assess.de imprensa 16/11/09 99,55 23.616.646,30									
Vbrand Estratégia em Vídeo Ltda. Assess.de imprensa 05/07/12 49,00 1.000									
Fleishmanhillard Brasil Comun. Ltda. Assess.de imprensa 01/09/14 99,89 2.648.880,36									
Critical Mass Comun. Digital Ltda. Assess.de imprensa 23/10/15 99,99 10.796.403,02									
The Buzz Now Entreten. Ltda. Assess.de imprensa 04/05/16 99,00 5.494.586,37									
Dialog Desenvolvimento e Licenciamento * Assess.de imprensa 01/04/20 25,00 1.000									
Total 54.208.630,23									